

-----ATA N.º 1 DE 23 DE FEVEREIRO-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2022, pelas 21.00h, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no salão nobre dos Bombeiros de Voluntários de Torres Vedras, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----1 - Proposta n.º 1/CM/2022 - Discussão e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento de 2022 do Município de Torres Vedras;-----

-----2 - Proposta n.º 2/CM/2022 - Discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2022 do Município de Torres Vedras - Incorporação do saldo de gerência de 2021;-----

-----3 - Proposta n.º 3/CM/2022 - Autorização da repartição de encargos da despesa plurianual para aquisição de 2 viaturas pesadas para recolha de biorresíduos, no âmbito da candidatura aprovada, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----

-----4 - Proposta n.º 4/CM/2022 - Discussão e votação da 3.ª alteração ao Regulamento de Estacionamento, Cargas e Descargas e Remoção de Veículos abandonados do Município de Torres Vedras; -----

-----5 - Proposta n.º 5/CM/2022 - Discussão e votação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Torres Vedras;-----

-----6 - Proposta n.º 6/CM/2022 - Discussão e votação da alteração da composição do júri designado no procedimento concursal para provimento de cargo dirigente - Diretor de Departamento, para o Departamento de Educação e Atividade Física; -----

-----7 - Proposta n.º 7/CM/2022 - Apreciação da Recomendação “Uma nova mobilidade para o Oeste”;-----

-----8 - Proposta n.º 8/CM/2022 - Discussão e votação da suspensão em 2022 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios (RMAA); -----

-----9 – Proposta n.º 1/AM/2022 - Nomeação de um cidadão eleitor para integrar a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens, em substituição de cidadã eleita pela anterior Assembleia Municipal;-----

-----10 – Proposta n.º 2/AM/2022 - Informação das Comissões;-----

-----11 - Proposta n.º 3/AM/2022 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----

-----Informação sobre competências delegadas:-----

-----11.1 - Proposta n.º 4/AM/2022 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

-----11.2 - Proposta n.º 5/AM/2022 - Tomada de conhecimento de apoios a Freguesias

(autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

----- 12 - Proposta n.º 6/AM/2022 - Votos, Moções e Recomendações. -----

----- Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Carlos Nunes Carneiro (em substituição do 1.º secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segundo secretário). -----

----- Estavam presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

----- António Augusto Ferreira dos Anjos, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Rui José Prudêncio, Marta Filipa Sousa Geraldês, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, José António do Vale Paulos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Renato António Cabral Rodrigues Monteiro, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sónia Alexandra Ferreira Patrício, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Tomás Horta Lourenço, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim do Espírito Santo, António José Silva Alves, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Baptista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, David Alves Gomes Lopes, Artur Alexandre Narciso e Amélia Maria Sá Osório Tovar de Carvalho Martins.-----

----- Faltou a deputada municipal Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco.-----

----- Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara, Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira e Dulcineia Basílio Ramos. -----

----- Como nota prévia o **presidente da Mesa** informou que o primeiro secretário António Fortunato se encontrava a representar Portugal nos Campeonatos Europeus de Veteranos em pista coberta, por isso não estará presente e para completar a mesa chamou o deputado municipal António Carneiro para desempenhar as funções.-----

----- Também fez um agradecimento à direção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, por se manter sempre disponível para acolher neste salão a Assembleia Municipal, expressando o desejo de que a próxima sessão ordinária prevista para o mês de abril já seja nas instalações dos Paços do Concelho, pois traduzirá o sinal de que debelaram estas fases críticas da pandemia. -----

----- Fez ainda uma referência à manifestação dos cidadãos de Runa que se encontravam à porta das instalações, para dizer que quer a Assembleia quer a Câmara Municipal estão atentos às

preocupações que os manifestantes transmitiram pois apesar de estarem a falar de um empreendimento muito importante do ponto de vista económico para a região e para o concelho, (subestação tração de Runa) não se pode por em causa a saúde das pessoas, o ambiente e o património histórico e cultural. Têm que encontrar soluções que o mitiguem e agradeceu-lhes o empenho e o civismo da sua participação assegurando que os órgãos do município estão empenhados nesta causa. -----

-----Por último informou que se tinham inscrito 4 cidadãos para intervir, mas antes deu a palavra à *segunda secretária Leonor Marinheiro* que representou a Mesa no congresso da ANAM que decorreu no dia 19 deste mês na Covilhã: -----

-----A *deputada* começou por dar nota que neste congresso a temática centrou-se na regionalização e descentralização, foram debatidas as assimetrias da densidade populacional entre o litoral interior e desenhou-se a história da implementação da ANAM tendo sido relevada a figura do Dr. José Augusto de Carvalho, como elemento fundamental para consolidar o poder local em Portugal, assente nesta mesma associação que foi constituída em maio de 2016, tendo sido considerada por muitos como uma feliz iniciativa para requalificar o trabalho das Assembleias Municipais, sendo estas o local próprio para a discussão cívica. -----

-----Prosseguiu informando que aprovaram por unanimidade, o regulamento do congresso, com algumas alterações, bem como as alterações estatutárias. -----

-----Disse que por vários intervenientes foi comum a valorização que as Assembleias Municipais devem ter, bem como a sua autonomia e foram alavancadas algumas críticas, nomeadamente sobre os orçamentos que são aprovados sem tecnicamente haver a explicação, relatórios que são aprovados que são só apresentados, no entendimento que devem ser introduzidos mecanismos na defesa da população. -----

-----A questão das senhas de presença também foi matéria de discussão e entende-se que sendo pago pela Câmara Municipal, enquanto órgão fiscalizador, as Assembleias Municipais deveriam ter a sua autonomia financeira. -----

-----Foi ainda realizada a eleição dos órgãos sociais. -----

-----No período da tarde foram assinados protocolos com a Universidade de Aveiro e a Porto Editora e realizou-se uma mesa redonda com a temática “regionalização o poder local e a governação multinível”, onde foram oradores José Luis Carneiro, José Manuel Fernandes, Cecilia Meireles e como moderador Filipe Teles, deixando uma nota global das suas intervenções. -----

-----Deu nota ainda que interveio também o sr. Secretário de Estado Adjunto do Desenvolvimento Regional, Dr. Carlos Miguel, que entre muitos outros assuntos salientou que é necessária uma descentralização adequada para que se consiga fazer a regionalização. -----

-----Concluiu dizendo que deste congresso o que ficou de mais relevante é a importância de

consolidar o esforço e assumir responsabilidades porque existem ganhos para os municípios. -. ---

-----De seguida o presidente da Mesa deu início ao período aberto à intervenção do público: -----

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA: -----

-----A *cidadã **Katty Baptista*** disse que veio ao plenário na qualidade de cidadã deficiente que está muito cansada e desmotivada. Prosseguiu referindo que há 13 anos que faz reclamações e alertas, junto dos responsáveis autárquicos para que haja uma mudança nas acessibilidades, para que ela e outros possam ter qualidade de vida, mas chegou à conclusão que todo o esforço foi em vão e serviu somente para ganharem tempo, para inventarem desculpas ou para passarem as responsabilidades a outros. -----

-----Por esta razão veio questionar o que mais tem de sofrer para que atuem e mudem o que não está bem feito, pois é extremamente exaustivo a nível emocional tentar viver uma vida normal e não conseguir chegar a determinados sítios porque alguém não fez o seu trabalho bem feito porque não rebaixou o passeio, fez rampas com inclinação absurda, atribuiu lugares de estacionamento em sítios errados e construiu com materiais errados. -----

-----Os desafios são tremendos, são inaceitáveis, mas podiam ser evitados e rapidamente resolvidos se houvesse vontade. -----

-----Deu nota ainda das dificuldades que sentiu quando no dia 4 de fevereiro se dirigiu ao Hospital de Torres Vedras para ser internada para uma cirurgia, concretamente por não haver um lugar de estacionamento reservado a pessoas com mobilidade reduzida, passeios sem estarem rebaixados, instalações com condições deploráveis, velhas e com um aspeto sujo e inexistência de casa de banho adaptada. -----

-----Reforçou que foi grave o que presenciou no dia 4 de fevereiro, mas é o que a acompanha cada vez que sai de casa não percebendo como é possível deixar isto acontecer, quando existem leis que regulam as acessibilidades e as que garantem o direito à dignidade e à igualdade, e quando supostamente existem entidades competentes para fiscalizarem, para punirem e para exigirem mudança. -----

-----Frisou que o exemplo deve vir de cima, mas quem está em cima não dá o exemplo. A mudança é precisa agora, no presente, não daqui a um, cinco ou dez anos porque é no presente que vive, e que merece viver uma vida digna e é agora que precisa de ir a todos os sítios onde todas as outras pessoas também vão. -----

-----Por último apelou que urgentemente retifiquem as acessibilidades sem desculpas, mas com soluções. -----

-----No seguimento desta intervenção a ***presidente da Câmara*** deu nota que já teve contactos anteriores com a cidadã e percebe a situação e o desespero. -----

-----Deu nota ainda que na realidade, no país, só na última década se começou a dar atenção às

necessidades das pessoas com deficiência e particularmente nestes casos da mobilidade nas cidades e em todo o território. Nesse propósito no concelho, também estão atentos e já há muito trabalho feito nesta área, concretamente intervenções em passeios e em edifícios públicos, e são aplicadas as normas legais a nível da construção, mas sabe que não é suficiente para quem todos os dias tem que lidar com estes obstáculos em todos os locais onde vai. -----

----Aproveitou para dar ainda nota que na passada semana no CAC com a Associação Salvador fizeram a apresentação do projeto “mais acesso para todos” onde estão envolvidas uma série de autarquias e outras entidades, cujo objetivo é diagnosticar, com mais acuidade todas as situações, de deficiência para as pessoas com mobilidade reduzida, e propor alternativas. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PLATAFORMA RUNA ACONTECE - LINHA DO OESTE – SUBESTAÇÃO TRACÇÃO DE RUNA: --

----O *cidadão Pedro Martins* começou por agradecer ao presidente da Assembleia as palavras que proferiu aos manifestantes que se encontravam à entrada e que trazia ao plenário a modernização da linha do Oeste e as suas implicações. -----

----Assim deu nota que desde novembro de 2020 encetaram diligências junto da autarquia para interceder junto da Infraestruturas de Portugal (IP, S.A.), para alterar a localização da subestação por força dos campos magnéticos criados pelo equipamento, pela proximidade ao povoado datado do calcolítico à vila Romana e pelo atentado ambiental paisagístico que tal obra a ser construída irá constituir. -----

----Face à garantia dada pelas IP, S.A. que por questões técnicas imperativamente só existia aquele local, não colocaram objeções, mas foram aprofundando os dados, e em março numa reunião no local projetado, contaram com a presença um especialista em ferrovia, que os informou não ser verdade o que lhes tinha sido transmitido, quanto à obrigatoriedade daquela localização. --

----Acrescentou que em 23 de março numa reunião nos Paços do Concelho, para a qual a Plataforma Runa Acontece não foi convidada, foram apresentadas diversas alternativas para a respetiva localização sendo que a única considerada viável, seria passada para o outro lado da linha e com o argumento do leito de cheia, todas as localizações propostas foram desprezadas, embora a proposta junto à Quinta da Conceição, que dista aproximadamente um quilómetro da localização prevista, ter uma reta enorme e não estar em leito de cheia. -----

----Também fez notar que apesar de ter bons acessos, não têm alcatrão mesmo até à porta, como a localização dentro da aldeia tem, o que a bem da verdade determina a teimosia da empresa em prejuízo da população. -----

----Assinalou ainda que em agosto de 2021, numa reunião com 2 membros da plataforma a edil demonstrou perceber as suas preocupações e prontificou-se a falar com a Infraestruturas de Portugal para perceber a decisão da empresa e sendo necessário deixou em aberto a

possibilidade de patrocinar um estudo ou avaliação técnica independente.-----

----Aproveitou para lembrar que em setembro foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal uma recomendação ao Executivo para junto da IP diligenciar uma localização alternativa, questionando se as mesmas foram efetuadas.-----

----Também aproveitou para manifestar o seu espanto com a resposta que a presidente da Câmara deu na última reunião do executivo ao vereador Sérgio Galvão dando por adquirida a solução apresentada em 23 de março pela empresa. -----

----Por último e na certeza de que esta luta não acaba aqui, gostaria de saber o que levou a edil de dar o dito por não dito, a propósito das diligências junto da IP e a deixar cair a possibilidade de um estudo independente. -----

----A **presidente da Câmara** começou por refutar a referência feita à sua intervenção na reunião pública da Freiria, de dizer o dito por não dito e que deu por adquirido de que a solução era aquela, porque não era verdade e porque não é pessoa por dar o dito por não dito, e se tiver que mudar de opinião, justifica.-----

----Apenas deu voz ao que a empresa lhe transmitiu, ou seja, que só está a estudar aquela possibilidade, em que uma parte da subestação fica enterrada. Descartaram as outras porque tecnicamente não eram possíveis, e que estava quase na altura de mostrar como ficaria, ao que respondeu que tinham que fazer um modelo em 3 D, que a IP se comprometeu a fazer, mas isso já foi há tempo suficiente. -----

----Lembrou também que este é o segundo local escolhido que resultou da referida reunião de 23 de março nos Paços do Concelho, que foi muito unanime, pelo que têm que aguardar e ter o mínimo de visão ou seja, perceber a subestação naquele local. Se todas as outras soluções forem inviáveis, e se esta for a única, manifestou-se disponível para contactar um técnico da ferrovia habilitado para lhes fazer, de uma forma independente, essa informação. -----

----Por último disse que ficaram de lhe comunicar, a disponibilidade de virem a Torres Vedras no mês de março para apresentarem as suas razões, para depois tomarem uma decisão, pois querem sem mais atrasos que a solução que venha a ser obtida tenha o mínimo impacto em termos ambientais/paisagísticos e que não contrarie o bem estar da população. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MOBILIDADE – ACESSO NORTE À CIDADE DE TORRES VEDRAS:-----

----O *cidadão Pedro Barata* disse que a sua presença aqui nesta noite pretende dar nota de uma petição que entregará na mesa e que visa a reclassificação do troço da A8 entre os nós 8 e 9 Torres Vedras Norte como troço de tráfego local estendendo assim até este último ponto (saída 9) as condições de utilização verificada entre os nós 7 e 8 incluindo a subjacente isenção de taxa de portagem.-----

-----Para além deste objetivo fundamental que constitui o primeiro ponto da matéria peticionada, solicitam também que os órgãos autárquicos locais (Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia) assumam abertamente este objetivo de reclassificação deste troço da A8 nos seus planos de ação e agenda política de forma urgente sem hesitações, se sem ambiguidades, para benefício da cidade, do concelho e dos munícipes. -----

-----Para o efeito deixou ao plenário algumas notas e explicações mais relevantes. -----

-----Concluiu dizendo que pretendem que o debate em torno desta questão se fizesse independentemente das questões históricas e de desenvolvimento da A8, já que na realidade o contexto de 2022, não é o de 1998, pelo ordenamento do território, e pela distribuição da população do concelho que é hoje diferente. Em 1998 não havia Urbanização Portela da Vila, o Ameal não era o que é, não havia uma Escola Internacional de Torres Vedras e não se perspetivava um complexo turístico no Casal do Chafariz, ou seja, são precisas soluções, hoje para problemas que os munícipes enfrentam hoje. -----

-----A **presidente de Câmara** elogiou a qualidade de intervenção, manifestando a disponibilidade da autarquia para fazer a análise da situação, sendo à partida uma solução que agrada ao Executivo de uma forma geral. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA E ECOPONTO DA PAÚL: -----

-----O *cidadão João Alves* começou por lembrar que quem introduziu a discussão deste problema no plenário foram os moradores da Paúl, que veio representar. Prosseguiu referindo que inclusive na última sessão fez questão de convidar todos para fazer visita a OTA, mas hoje vinha lamentar que a Comissão de Sustentabilidade da Assembleia Municipal tenha realizado uma visita à estação em título para a qual não foram convidados e que apesar das diligências que fez nesse sentido, a visita não lhes foi permitida pelo presidente da Assembleia Municipal e pelo presidente da Comissão, o que considerou inacreditável. -----

-----Deu nota ainda que apesar dos vários pedidos que fizeram para irem visitar a estação de transferência em título, alegando questões de segurança tal nunca lhes foi permitido e agora, especialmente quando vai começar a fase de testes e vai ser negociado o contrato de utilização, não foram convidados, quando no mínimo deviam ser consultados já que serão os prejudicados pela localização que não é a melhor. -----

-----Registou que na visita a OTA, o responsável da Valorsul disse que só houve outra alternativa que não foi aceite devido ao PDM e lembrou ainda que nas primeiras reuniões com a Valorsul e com a autarquia foi a comissão de moradores que alertou para os problemas técnicos que havia, concretamente a nível da entrada, da estrada e também da configuração do edifício, que a Valorsul projetou como lhe convinha sem nunca pensar na população. -----

-----Apelou a que oiçam os moradores da Paúl, pois o seu único interesse é resolver os problemas e apresentar soluções.-----

-----Por último questionou sobre a recolha dos biorresíduos, para o qual já foram adquiridas 2 viaturas, mas ainda não foi explanado como vai funcionar e onde vão ser depositados.-----

-----O **presidente da Assembleia** esclareceu o cidadão que o pedido em causa foi feito por ele à Câmara Municipal, para o qual acordaram um conjunto de regras institucionais que não podem ser alteradas em cima do momento, por muito que percebam, o interesse, o empenho e até a legitimidade de as pessoas estarem informadas e quererem participar.-----

-----Por sua vez a **presidente da Câmara** agradeceu os contributos que o cidadão tem dado de forma tão positiva com os quais foi ajudando a dirimir algumas situações e a desfazer alguns equívocos associados.-----

-----Assegurou que quando começarem os testes no centro, a população será convidada para poder acompanhar os exercícios que forem feitos, porque garantidamente querem o seu envolvimento e que vejam como irá funcionar.-----

-----Informou ainda que estão a tratar dos acessos, com aquisição de terreno à volta para que se possa fazer uma passagem menos perigosa e oportunamente haverá informação sobre os biorresíduos, dado que ainda estão na fase da aquisição de viaturas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LIMPEZA DE MONSTROS NA CIDADE:-----

-----O *cidadão João Alves* agradeceu ao presidente de junta de Santa Maria, S. Pedro e Matacães David Lopes pelo trabalho incansável que tem feito na limpeza de “monstros”, que não faz parte das competências da junta, mas que a população deixa espalhado pelas ruas da cidade e pensa que os SMAS devem reforçar a sensibilização nesta área.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Início do Período antes da Ordem do dia:-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O Sr. António Carneiro leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os dois documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 1:-----

-----Carta de António Fernando Alves Fortunato, de 17 de fevereiro, que por se encontrar ausente, nos dias 23 e 24 de fevereiro solicita justificação da sua falta e conseqüente substituição na sessão.-----

-----Nos termos legais foi convocado e encontrava-se presente Artur Alexandre Santos Narciso.---

DOCUMENTO 2: -----

-----E-mail de Sérgio Augusto Nunes Simões, de 23 de fevereiro, a informar que tendo surgido um imprevisto pessoal que o impede de comparecer hoje, solicita a substituição nos termos legais.----

-----Por indicação do líder da bancada encontrava-se presente Amélia Maria Sá Osório Tovar de Carvalho Martins.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

-----Foi também dado a conhecer ao plenário que a deputada municipal Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, não estaria presente, por motivos de doença.-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

-----O Sr. Presidente da Mesa colocou à votação as atas n.º 7 de 29 e 30 de novembro e n.º 8 de 21 de dezembro, as últimas do ano transato, que foram aprovadas por unanimidade por todos os membros presentes.-----

MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO OESTE:-----

-----Retomando este assunto já abordado pelo público, o *deputado municipal Francisco Corvelo*, lembrou que a Plataforma Runa Acontece, desde 2020 encetou um processo de alerta e contestação à projetada subestação de tração de Runa, processo no qual os runenses não tiveram qualquer oportunidade de intervir de harmonia com o que a lei previa e obriga, tendo a única proposta apresentada pela Infraestruturas de Portugal a 23/03/2020 - construção na encosta do moinho Velho, a apenas 50 m da localização anterior e dentro da zona arqueológica do Penedo – sido também justamente repudiada pela população.-----

-----Deu nota ainda que a população sempre propôs alternativas viáveis, salientando que os argumentos económicos para justificar a impossibilidade de construção na Encosta da Almagreira são pateticamente visíveis, uma vez que o local tem todas as condições para a construção da subestação.-----

-----Registou ainda as diligências que foram feitas no mandato anterior pela Comissão Eventual de Transportes junto da IP e acrescentou que já em 2021, no dia 3 de agosto a plataforma deu nota que a edil se disponibilizou para diligenciar no sentido de ser encontrado uma localização alternativa para a subestação, fora da zona que estava a ser prevista.-----

-----Por tudo o que acabou de afirmar, não pôde deixar de se admirar e indignar quando tomou conhecimento da afirmação da Presidente de Câmara de nada saber sobre a prometida reunião do IP com a população de Runa, mas já saber que a única alternativa será a construção na encosta do Moinho Velho.-----

----- Acha de todo inadmissível, mesmo que seja por omissão da responsabilidade na defesa das populações, se aceite passivamente e sem a mais veemente contestação, os interesses de alguns

decisores do IP e sem que a presidente de Câmara desempenhe o papel que lhe compete de defesa intransigente da legalidade e dos interesses da população. É urgente que o faça, ou admitindo, que o está a fazer, apenas deseja que continue com mais veemência. -----

-----Também sobre este assunto pronunciou-se o *deputado municipal Vale Paulos*, lembrando que já fez um ano que interveio na Assembleia Municipal sobre a localização da subestação de tração elétrica em Runa e respetivas alternativas, mas ainda continuam à espera da prometida reunião em que a IP se propõe apresentar novos estudos para a deslocalização da subestação.---

-----Lembrou também que a IP elegeu a localização da subestação de tração entre o Km 58, junto à passagem de nível encerrada da Quinta da Granja e a passagem de nível de Runa, projetando-a para o Km 58+200, entre Runa e Penedo, que dista 49.54 Km para as Caldas da Rainha e 37.88 Km de Meleças, presumindo-se que a questão assenta na distância entre subestações de tração, tendo aos runenses apresentado as seguintes alternativas (A – Bacos - Km 56+640; B – Lezíria - Km 57.370 e C – Granja - Km 57.67).-----

-----Frisou ainda que a localização da subestação, ao Km 58+200, entre os perímetros urbanos de Runa e a Villa Romana de Penedo, num terreno de RAN a escassos metros de habitações, à esquerda ou à direita da linha foi sempre contestada pelas populações e lembrou que o Relatório da Conformidade Ambiental do Projeto de Execução, recomenda ao IP equacionar uma localização alternativa, tendo em conta a necessidade de minimização dos impactes sobre a paisagem, visual e acústica, tendo a comissão de avaliação condicionado o seu parecer à apresentação de uma alternativa para a subestação. Por outro lado, o projeto de execução omite as desconformidades com o PDM, relativamente aos valores patrimoniais a proteger no âmbito arquitetónico e arqueológico de uma das aldeias mais históricas da região.-----

-----Disse ainda que na sequência das recomendações feita pela Assembleia Municipal à Câmara Municipal é agora tempo deste órgão associar-se ao Executivo e reforçar a indispensável análise às alternativas apresentadas, visto que é incompreensível a atitude da empresa em insistir, contra tudo e contra todos, naquela zona quando existem alternativas credíveis a centenas de metros. ---

-----Relativamente à deslocalização do apeadeiro de Runa, também aguardam os prometidos estudos de viabilidade assim como os estudos alternativos para a construção da passagem superior para suprimir a passagem de nível de Runa, uma das mais perigosas do país, com um registo de ocorrência de acidentes e mortes. -----

-----Por último assinalou que a população de Runa tem razões de indignação pela falta de disponibilidade e sensibilidade informativa das Infraestruturas de Portugal em responder às questões apresentadas e cumprir os compromissos assumidos, sugerindo que a melhor forma de discutir e aprofundar este assunto seria o agendamento de uma sessão extraordinária.-----

-----O *deputado municipal Humberto Gomes*, anunciou-se como um dos primeiros a protestar

pela implantação da subestação de Runa e que já em 2020 numa reunião promovida pelo anterior presidente de Câmara teve acesso ao projeto em 3D que não gostou e também não gostou que a IP tivesse anulado todas as propostas da população de Runa e assim a subestação que está em projeto tem 88m por 44m e as torres de alimentação têm 40 metros de altura a 220 volts.-----

-----Deu nota ainda de que há estudos sobre as radiações eletromagnéticas e subestações elétricas e não está provado que os cancros da população não tenham sido influenciados por essas radiações.-----

-----Assim questionou se as recomendações da comissão de mobilidade foram tidas em conta nos estudos do próximo troço entre Torres Vedras e Caldas da Rainha, quanto ao Ramalhal e à passagem de nível dos Ameais e também sobre um problema que está a surgir em Dois Portos, referente ao local onde a IP quer desembocar o desvio da estrada, tendo já o presidente de junta alertado e sugerido várias alternativas que não foram aceites.-----

-----Também para falar sobre a modernização da linha do Oeste pediu a palavra o *presidente de junta de freguesia do Ramalhal, António Espírito Santo* pois no seu território tem o problema das duas passagens de nível a norte da estação do Ramalhal, que a IP pretende eliminar para substituir por uma passagem área. -----

-----Reforçou que esta decisão está a causar muita celeuma, principalmente nos utentes destas duas passagens, que defendem que se mantenham, mas que ao momento não tem guarda, e que sejam dotadas de barreiras elétricas. -----

-----Disse ainda que não consegue entender os critérios que a Infraestruturas de Portugal tem para estas duas passagens de nível, em comparação com as duas passagens a sul da estação do Ramalhal, opção que quer ver clarificada e ter voz de decisão, indicando que quer estar presente quando a empresa debater este assunto com a Câmara Municipal. -----

-----Por último lembrou que a questão em causa foi uma decisão aprovada por unanimidade pelos órgãos da freguesia do Ramalhal, que não querem ficar à sombra do problema da subestação de Runa. -----

-----Em nome do grupo Municipal do PS o *presidente de junta da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, Celso de Carvalho* fez notar que o arrastamento da definição da localização da subestação de Runa é um problema que os deve preocupar a todos, sob pena de atrasar um grande investimento para Torres Vedras e para o próprio desenvolvimento do Oeste. -----

-----No PS estão solidários com as preocupações da população de Runa, pois temáticas como ambiente, património histórico, qualidade de vida e o próprio desenvolvimento de Runa não podem ser colocados em causa. -----

-----Para esse propósito confiam no trabalho da Câmara Municipal e da sua presidente, e para esse propósito também, como presidente da comissão de Sustentabilidade, vai propor que esta

comissão também esteja presente na próxima reunião entre o Município e o IP de modo a que possam ficar melhor esclarecidos e posteriormente dar informação a este órgão autárquico. -----

----Mais informou que hoje tinha sido contactado pelo presidente da Junta do Ramalhal e irá propor também à comissão fazer uma visita ao território do Ramalhal e aferir as propostas que a IP tem para o local, as quais como demonstrado pela intervenção do autarca não são do agrado nem da junta de freguesia nem da população. -----

----Face a algumas das intervenções proferidas a **presidente da Câmara** aproveitou para solicitar que as pessoas não deturpassem as palavras que são ditas em proveito próprio ou em proveito político ou partidário. -----

----Depois agradeceu as palavras do deputado municipal Vale Paulos que detém informação válida para uma futura resolução deste problema.-----

----No tocante à questão das dimensões, disse que também colocou essa dúvida à IP, que lhe explicou que as dimensões aproximadas da estação são 40m por 80m, com altura entre 5m e 7m, muito diferente dos 40 m referidos, por isso acha importante verem um projeto 3 D implantado no local, para tomar decisão. -----

----Por último concordou com pretensão da comissão de sustentabilidade, no sentido de uma reunião conjunta com a IP.-----

----Para se pronunciar sobre este assunto, pediu ainda a palavra o *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, dizendo que é quase unanime que ninguém se sente confortável com as situações descritas e todos solidariamente pretendem as melhores soluções, quer seja para o Ameal, Runa e também Dois Portos onde também há uma passagem superior péssima. -----

----Assim, sugeriu a possibilidade de haver uma comissão de acompanhamento da Câmara Municipal, que exercesse uma certa pressão e para perceber se não estarão a empatar. -----

----Interveio de novo o *deputado municipal Vale Paulos* esclarecendo que as torres de alimentação de muita alta tensão têm 24m em média de altura, mas o colega referiu-se a um caso excecional na primeira localização que a iria elevar aos 40 metros. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CARNAVAL 2022: -----

----A *deputada municipal Marta Geraldés* em nome do Grupo Municipal do PSD começou por dizer que nenhuma decisão sobre o Carnaval de Torres Vedras é fácil e nesse sentido estão solidários com a presidente da Câmara. -----

----Nesta sequência entendem que a decisão tomada em janeiro foi precipitada tendo em conta o horizonte que permitia ter praticamente toda a população vacinada com a 3.^a dose e o aliviar das restrições, e podia e devia ter sido revertida mesmo que parcialmente. A organização do Carnaval deveria ter assegurado a progressão para o estado endémico e mantido em aberto a decisão por

mais tempo com os diversos fornecedores. -----

----Tendo em conta que a autoridade de saúde foi favorável à organização do Carnaval, à exceção do curso escolar e o baile de mascarar dos seniores, questionou a razão de não ter avançado na sua plenitude, e assim permitem que as atividades de carnaval noturnas sejam na totalidade entregues aos privados, consentindo certamente aglomerado de população muito superior. -----

----Também questionou se em vez de espontaneidade não controlada não era melhor organizar os cursos noturnos e os palcos nas praças, e o que está assegurado para a possibilidade de ter centenas de pessoas na rua porque o governo deu tolerância de ponto e as empresas que fazem parte da ACIRO também. -----

----Frisou que os assaltos ao Carnaval tiveram enchentes de pessoas em Torres Vedras e o próximo fim-de-semana será bem pior, pelo que inquiriu qual é o número de destacados da PSP para patrulhar as ruas e se foi solicitado reforço à área metropolitana. -----

----Reportou-se também o funcionamento dos bares, e se não era preferível dar isenção de horário à semelhança de outros anos, se irá existir um posto médico avançado na Expotorres, qual o seu horário de funcionamento e se quando encerrar as pessoas serão reencaminhadas para o Hospital de Torres Vedras.-----

----Questionou ainda se será permitido a existência de rulotes de bebidas e comida na Expotorres e se será permitido o mesmo horário aos operadores do Mercado Municipal. -----

----Lamentou que este seja um Carnaval feito do pouquinho, mas tem a certeza que enquanto houver um folião na rua o Carnaval de Torres continua. -----

----Relativamente ao assunto em discussão o *deputado municipal Pedro Castelo* lembrou as palavras da edil no ano passado quando disse ao plenário que iria ter uma reunião da Associação dos Carnavais do Centro, após a qual iria tomar uma decisão definitiva. -----

----Assim, fez suas as palavras da deputada Marta Geraldês, pois está solidário com a Presidente de Câmara porque de uma forma ou de outra era sempre uma decisão difícil. No entanto viram que o Município da Figueira da Foz deu o dito por não dito e parece que vai mesmo realizar o Carnaval. -----

----A **presidente da Câmara** frisou que as decisões sobre o Carnaval foram tomadas com base na informação que tinham ao momento, foram tomadas após ter ouvido todos membros do Executivo do PS, PSD e do Movimento Unidos por Torres Vedras e ainda as associações carnavalescas do concelho. Não foi uma decisão à toa da presidente de Câmara.-----

----Frisou ainda que o mesmo se aplica às alterações dos horários a adotar no período de 25 de fevereiro a 1 de março de 2022, embora sabendo que ainda não foi decretado o fim da pandemia.

----Assim e quanto às aludidas alterações deu nota que o fecho dos bares das 3.00h passa para

as 4,00h, das discotecas 6.00h passa para 7.00h. Passou a ser permitido até às 3.00h música para o exterior dos bares, que não existia, evitando a concentração no seu interior, assim como a existência do balcão à porta. Já tinham providenciado que o policiamento seria muito reforçado, mesmo que não promovessem esta alteração nos horários, assegurado a limpeza das ruas e a colocação de algumas casas de banho em pontos estratégicos. -----

-----Acredita que estas medidas melhoram as condições para as pessoas vivenciarem o Carnaval.

-----Relativamente à alusão ao Carnaval da Figueira da Foz, fez notar a diferença existente entre os vários carnavais da rede, no caso vertente, realiza-se com desfiles organizados com as pessoas apenas a assistir, quando o de Torres Vedras é de participação popular. -----

-----Um dos fatores limitantes que sempre colocou em relação ao Carnaval foi a saúde, o mais importante para além das questões de segurança, e todos estão conscientes das limitações que existem no hospital da cidade, crendo que se tivessem organizado o carnaval como é sua tradição e na sua plenitude, acarretaria uma pressão acrescida para esta unidade hospitalar. -----

-----Concluindo deu nota que o posto avançado de saúde, será composto por 2 médicos, 2 enfermeiros e 8 operacionais, mas não pode precisar o horário e os bares do mercado são como os outros e terão o horário alargado também. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INAUGURAÇÃO DA ESCOLA DO TURCIFAL: -----

-----O *presidente de junta de freguesia do Turcifal, João Carlos Caldeira* disse que a sua intervenção visa falar do passado dia 11 de fevereiro em que tiveram a honra de inaugurar a escola básica Carlos Bernardes no Turcifal, um equipamento há muitos anos esperado pela população da freguesia e que muito merecidamente chegou a hora de usufruir.-----

-----Lembrou que a escola iniciou funcionamento prático no início do ano letivo, tendo agora sido inaugurada, está a funcionar bem e tem umas ótimas instalações que muito os orgulha. Deu-lhes oportunidade de homenagear um grande homem, um turcifalense que muito os honrou, e que sempre se dedicou ao Turcifal, à freguesia e ao concelho ----- .

-----Por último a todos os que estiveram presentes, agradeceu a visita ao Turcifal, pedindo desculpa aos que devido às limitações da pandemia, não tiveram agora oportunidade de conhecer este equipamento, que contribuirá para a formação das gerações futuras, na certeza de que o poderão fazer noutra ocasião. -----

-----A **presidente da Câmara** concordou que ter feito a inauguração e atribuição do nome Carlos Bernardes à escola se tratou de um momento muito importante para a vila e para concelho. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LEI 39/2021 DE 24/06 – CRIAÇÃO, MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DE FREGUESIAS: -----

-----O *presidente de junta de freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, David Lopes,*

referiu-se à lei em título que também revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias. -----

-----Lembrou que em 2013, em todo o território nacional, verificou-se a agregação de 1168 freguesias, que mereceu de certo modo generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos. No concelho passaram de 20 para 13 freguesias e volvidos mais de 8 anos, importava ter presente que embora o processo se encontre na maioria dos territórios consolidado, gera alguma controvérsia em determinados aglomerados, como é o caso do território da antiga freguesia de Matacães. -----

-----Esta lei veio tentar corrigir algumas situações, mas não irá permitir a reposição de todas as freguesias anteriormente agregadas, pois a obrigação de cumprimento de critérios como determina o diploma aprovado, poderá inviabilizar uma nova reestruturação, que reverta o processo de agregação. -----

-----Nesse sentido, para ser possível tornar a ser freguesia, importa perceber se o território cumpre com os seguintes critérios: ter um mínimo de um trabalhador com vínculo de emprego público a transitar do mapa do pessoal da junta de freguesia de origem; a existência de um edifício adequado à instalação da sede da freguesia; a existência de um equipamento desportivo; a existência de um equipamento cultural; a existência de um parque ou jardim público com equipamento lúdico ou de lazer infanto juvenil; a existência de um serviço associativo de proteção social dos cidadãos seniores ou apoio a cidadãos portadores de deficiência; a existência de uma coletividade que desenvolva atividades recreativas, culturais, desportivas ou sociais; o número de eleitores não pode ser inferior a 750 eleitores por freguesia; a área da freguesia não pode ser superior a 25 /prct. da área do respetivo município e o território das freguesias ser obrigatoriamente contínuo.-----

-----Deu nota ainda que no caso concreto da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, foi aprovada uma moção na Assembleia de Freguesia de dezembro de 2021, tendo em vista a desagregação do território da antiga Freguesia de Matacães desta freguesia, e enquanto presidente da Junta de Freguesia, assumiu nesse momento o compromisso de apresentar um plano para aferir a vontade da população. -----

-----Acrescentou que, entretanto, já reuniu com uma comissão composta por elementos representativos das diversas forças políticas e de associações locais daquele território, sendo os passos seguintes a realização de Assembleia de Freguesia Extraordinária, no próximo dia 9 de março, para definir a metodologia a seguir no processo e realização de consulta à população na semana de 21 a 27 de março, em todo o território da antiga freguesia de Matacães. -----

-----Caso seja a vontade da população, apresentarão uma proposta de criação de freguesia, em assembleia a realizar entre abril e maio de 2022, que a ser aprovada será remetida à Assembleia

Municipal para apreciação.-----

-----Concluiu indicando que será à luz deste processo esclarecido, participativo e de proximidade, que a Junta de Freguesia se prepara para ouvir a soberana vontade de Matacães, que pode contar com ele e com toda a sua equipa, para, caso seja essa a sua vontade, estar do seu lado na criação de nova freguesia, mas até lá, serão sempre a Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães. -----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** deu nota que foi convidado para a dita comissão representativa para tentar repor aquilo que foi mal feito em 2013, neste caso concreto a extinção da antiga freguesia de Matacães. -----

-----Apreciou as palavras do presidente de junta que tem conduzido este processo com seriedade, bom senso e credibilidade, e que traduz no seu entender, um exemplo daquilo que deve ser feito quando se quer corrigir e reparar situações que se consideram injustas. -----

-----A **presidente da Câmara** endereçou os parabéns ao autarca pela forma como está a gerir a situação da eventual separação de Matacães, pois a agregação resultou de um processo que não foi fácil, e se for a vontade da sua população, têm que trabalhar com nesse sentido.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

USOS DA ÁGUA E SECA:-----

-----A *deputada municipal* **Ana Teresa Carvalho** disse que iria abordar um assunto pertinente que tem a ver com os usos da água, gestão dos recursos hídricos e a seca, pois todos sabem que as consequências poderão atingir maiores dimensões, porque de facto as coisas não estão bem. -----

-----É seu entendimento que a nível local se deve elaborar um plano de gestão de recursos hídricos, mas no imediato deveria ser feito um plano de contingência para a gestão da água que envolvesse os vários intervenientes, pois se água continuar a ser indevidamente utilizada e desperdiçada, pode estar a faltar em questões de semanas. -----

-----Devem também ser incluídos todos os consumidores desde o cidadão nas suas casas, às empresas de grandes e pequenas dimensão, as entidades locais, regionais e ministérios fazendo um trabalho conjunto e nesse sentido propôs a criação de uma *task force*, que envolva ainda os deputados municipais. -----

-----Lembrou que não se podem esquecer que a sensibilização é uma componente importante que habitualmente não é feita, e é só posta em prática quando se sente a seca, mas deve ser feita nesta fase para combate ao desperdício que pode ser nas redes, nas nossas casas, e na atividade do município.-----

-----Terminou referindo que numa fase seguinte e utilizando algum conhecimento adquirido podia ser elaborado um plano estratégico de maior dimensão e de ação, não esquecendo a componente da discriminação positiva a quem tenha boas práticas, que pode ser a nível do licenciamento,

quando há recuperação e reutilização de água a partir dos telhados, e mesmo em termos de taxas ou de impostos municipais. -----

-----Sobre o assunto apresentado a **presidente da Câmara** disse que os serviços estão a ultimar o plano de contingência para as situações de seca, que visa prevenir e estabelecer medidas para mitigação dos efeitos da seca, em primeira instância por via da poupança e uso eficiente da água nos serviços, atividades e equipamentos municipais adstritos à Câmara Municipal de Torres Vedras, Juntas de Freguesia, SMASTV e Promotorres, E.M. -----

-----Acrescentou que este plano também prevê a realização de campanhas de sensibilização à possível situação de seca, adequadas às realidades locais, e orientadas para a poupança voluntária de água nos diferentes setores utilizadores. -----

-----Deu nota ainda que o município tem um projeto já em fase terminal para aproveitamento hidroagrícolas das águas do Alcabrichel e do Sizandro com vista à formalização de candidatura à ao Plano Nacional de Regadios. -----

-----No que concerne à discriminação positiva para edifícios com menos consumo informou que já há muitos anos que existe bonificação das taxas municipais para os edifícios que sejam sustentáveis, que é percentual e inclui a redução dos usos da água. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ESTAÇÃO TRANSFERÊNCIA E ECOCENTRO DO PAUL: -----

-----Relativamente ao assunto em título já abordado no período aberto à intervenção do público a *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* lembrou que esta instalação vai começar a funcionar sem que os acessos tenham sido requalificados e adaptados ao volume de tráfego, quer ao que já existe quer ao que vai ser incrementado. Souberam na visita que foi feita pela Comissão de Sustentabilidade que há intenção de fazer uma rotunda e que quem sair da Paúl por aquela via irá circular em duas rotundas seguidas. -----

-----Deste modo gostaria de saber qual o ponto de situação do plano de mobilidade para esta zona que engloba o Centro Operacional Municipal e a estação de transferência uma vez que são duas infraestruturas com grande tráfego, e apelou que envolvam as populações desde o início para que não existam, nem mal entendidos, nem falta de transparência. -----

-----A **presidente da Câmara** informou que a mobilidade junto ao COM está a ser trabalhada. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

INTERVENÇÃO DO MUNÍCIPE – PETIÇÃO - MOBILIDADE – ACESSO NORTE À CIDADE DE TORRES VEDRAS:-----

-----Reportando-se à intervenção sobre o assunto em título, o *deputado municipal Pedro Castelo* disse que munícipe Pedro Barata trouxe uma das propostas mais inteligentes, concretas e objetivas já apresentada neste plenário há uns anos a esta parte, anunciando que será subscritor

da petição no entendimento que é uma proposta que poderá ter um interesse particular para a cidade e para o concelho e irá acompanhar de perto a análise e o interesse que o município irá dar à mesma.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PASSAGEM SUPERIOR DO BAIRRO DA INFESTA – JARDIM INFANTIL DO SARGE –
TERMINAL RODOVIÁRIO:** -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* lembrou que o CDS traz ao plenário desde o ano passado os assuntos em epígrafe, mas a passagem superior ainda não foi reparada, no jardim infantil do Sarge o piso continua à espera de reparação e o terminal rodoviário, cuja cobertura parece estar terminada, está encerrado.-----

-----A *presidente da Câmara* assegurou que espera em breve avançar com os procedimentos necessários às reparações e que no Terminal falta o piso, mas com muita brevidade será aberto ao público.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

POSTO DE TURISMO: -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* questionou se o posto de turismo da Praça da República sempre vai abrir até ao final deste mês.-----

-----A *presidente da Câmara* informou que o posto abriu hoje.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EDÍFICIO AO LADO DO MERCADO MUNICIPAL: -----

-----O *deputado municipal João Bastos* interveio no sentido de questionar qual o ponto de situação desta obra que se tem vindo a prolongar no tempo.-----

----- A *presidente da Câmara* informou que vai à próxima reunião do Executivo a alteração necessária para os trabalhos serem retomados.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Teve início o período da ordem do dia.-----

**1 - PROPOSTA N.º 1/CM/2022 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO
DE 2022 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:**-----

-----Presente ofício número 518 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 4/02/2022, a remeter acordo com o deliberado pelo executivo, em sua reunião de 1/02/2022, a revisão em título, tendo presente a competência do órgão deliberativo nesta matéria.-----

-----A *Presidente da Câmara* disse que se trata de uma revisão técnica que decorre da transição para 2022 de compromissos que por diversas razões não tiveram execução prevista em 2021 e para abertura de rubricas essenciais para o término do ano.-----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse que independentemente de ser uma revisão

técnica, tem algumas alterações ao invés da 2.ª revisão agendada no ponto seguinte que traduz a incorporação do saldo de gerência e assim na linha do sentido de voto dos vereadores do PSD no Executivo o grupo municipal do PSD não irá votar a favor, porque esta define uma opção política. -

-----Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato à votação.-----

-----Tendo presente a sua competência, prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou maioria de 32 votos a favor e 6 abstenções aprovar a 1.ª Revisão ao orçamento de 2022 do Município de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que se abstiveram Renato Monteiro, Carlos Filipe, Luis Carlos Lopes, Ana Fiéis e João Bastos e José Damas Antunes.-----

-----Encontrava-se ausente da sala Marta Geraldês.-----

2 - PROPOSTA N.º 2/CM/2022 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2022 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS - INCORPORAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA DE 2021:-----

-----Presente ofício número 522, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 4/02/2022, que, atentas as competências da Assembleia Municipal desta matéria refere o seguinte: de acordo com a Lei do Orçamento do Estado para 2021, a Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que ainda se encontra em vigor, após “aprovação do mapa «Fluxos de caixa» pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental (art.º 130.º). Nesta sequência, remete a 2.ª Revisão ao Orçamento e às GOP’s aprovadas para 2022, de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 01/02/2022, a qual cumpre, além de toda a legislação anteriormente referida, o estabelecido no ponto 8.3.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/02, que, de acordo com a alínea b), do n.º 1, do art.º 17.º, do Decreto-lei n.º 192/2015, de 11/09 que continua em vigor. Refere ainda que para que a decisão do órgão deliberativo seja devidamente informada o pedido de integração do saldo de gerência está instruído com os mapas referidos pela DGAL na nota informativa “Integração do Saldo de execução orçamental”, emitida em “março de 2020”, a saber: Mapa “Fluxos de caixa” e “Demonstração do desempenho orçamental” aprovados; Informação dos compromissos transitados; Informação da execução das GOP, devendo estar individualizada a execução do PPI; Informação da execução orçamental (receita e despesa).-----

-----A **presidente da Câmara** disse que a 2.ª revisão se reporta à incorporação do saldo de gerência, reforçando algumas rubricas, já previstas pelo Executivo aquando da elaboração do orçamento.-----

-----O *deputado municipal Ilídio Santos*, pediu a palavra para manifestar a posição dos Unidos Por Torres Vedras - Movimento Cívico, assinalando que esta 2.ª revisão se trata no fundo de fluxo

de caixa e opções do plano que transitam. -----

----Prosseguiu dizendo que o Movimento vai votar contra porque entendem que o estudo prévio e projeto de execução para a construção da ligação da A8 à área empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras, não devia parar nas Palhagueiras, mas seguir até Santa Cruz, tal como defenderam em campanha eleitoral. Achrom que seria uma boa altura para a Câmara Municipal fazer um estudo global visando uma possível oportunidade de candidatura ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) ou qualquer outra chance que surgisse porque assim parece que não querem levar a via até Santa Cruz. -----

----Disse ainda que este estudo devia ser mais abrangente, e que não fosse apenas via para os “agricultores” com já se ouviu dizer. -----

----A **presidente da Câmara** disse que gostariam muito que o estudo referido pelo deputado fosse desenvolvido rapidamente, mas neste momento o compromisso que assumiram é até às Palhagueiras, até porque não é possível fazer tudo ao mesmo tempo. -----

----Assegurou que o desenvolvimento turístico de Santa Cruz não está assim tão cortado por não ter esta via rápida. Também não crê que os torrienses queiram uma concentração imensa de pessoas em Santa Cruz todos os dias, para além de saber que o trajeto não é assim tão mau quanto isso e não acha que a estrada seja um fator determinante para o desenvolvimento turístico de uma região, contudo está nos horizontes da autarquia levar a via até Santa Cruz. -----

----Concluídas as intervenções passou-se à votação: -----

----Tendo presente a competência a sua assembleia municipal prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria de 31 votos a favor, 4 votos contra e 3 abstenções aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e às GOP's aprovadas para 2022.-----

----Anota-se que votaram contra Jorge Santos, Ilídio Santos, Humberto Gomes e Andreia Caldas e abstiveram-se Rui Estrela, Ana Teresa Carvalho e Carlos Filipe. -----

3 - PROPOSTA N.º 3/CM/2022 - AUTORIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA DESPESA PLURIANUAL PARA AQUISIÇÃO DE 2 VIATURAS PESADAS PARA RECOLHA DE BIORRESÍDUOS, NO ÂMBITO DA CANDIDATURA APROVADA, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:-----

----Presente ofício número 744 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/02/2022 a dar conhecimento que a câmara municipal deliberou, por unanimidade, em sua reunião de 15/02/2022, remeter o assunto em título, uma vez que apesar da despesa plurianual, a efetuar no âmbito do procedimento, resultar de PPI legalmente aprovado, o Tribunal de Contas tem entendido que o legislador admitiu a exceção prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 22.º, se o PPI aprovado pelo órgão deliberativo se mantivesse inalterado e conforme à data da abertura do procedimento, o que

não aconteceu na presente situação, uma vez que veio a ser alterado pela Câmara Municipal, na sua reunião de 30/03/2021. A repartição da despesa, já foi já objeto de adjudicação, em reunião do Conselho de Administração de 29/11/2021, à Simopeças, Lda., pelo montante de € 209.980,00, +IVA à taxa legal em vigor, a realizar, na íntegra, no ano de 2022. -----

-----A **presidente da Câmara** indicou que se trata apenas de autorizar a repartição de encargos, como preceitua o entendimento do Tribunal de Contas. -----

-----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* interveio no sentido de tentar perceber, face à aquisição em assunto, se já terá havido definição do modelo de gestão de biorresíduos e qual o seu destino. -----

-----O **presidente da Câmara** informou que em devido tempo será feita a divulgação do plano de forma detalhada. -----

-----Estando o plenário devidamente esclarecido, seguiu-se a votação:-----

-----A Assembleia Municipal atenta a sua competência prevista no n.º 1, do art.º 22.º, do D.L. n.º 197/99, de 08/06, na sua atual redação, deliberou, por maioria 37 votos a favor e 1 abstenção autorizar a repartição de encargos da despesa plurianual para aquisição de 2 viaturas pesadas para recolha de biorresíduos, no âmbito da candidatura aprovada, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, nos seguintes termos: €210.000,00 + IVA em 2022. ----

-----Anota-se que se absteve Rui Estrela e não se encontrava na sala Marta Geraldês. -----

4 - PROPOSTA N.º 4/CM/2022 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 3.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ESTACIONAMENTO, CARGAS E DESCARGAS E REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 94 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7/01/2022 a remeter de conformidade com o deliberado, por maioria, pelo executivo, em sua reunião ordinária de 04/01/2022, o projeto de regulamento em título, para que o mesmo possa ser submetido à apreciação e aprovação por parte deste órgão deliberativo. -----

-----O **presidente da Câmara** disse que este projeto de alterações, surge para dar resposta à necessidade de realizar alterações e adaptações decorrentes da implementação e fiscalização operacional deste regulamento, nomeadamente com questões relacionadas com o estacionamento para que fique ancorado na empresa municipal Promotorres a competência para emissão dos selos de estacionamento, ao que acrescentaram alguns ajustes pontuais, lembrando que a última alteração remonta a 2018. -----

-----A *deputada municipal Andreia Caldas* disse o movimento cívico que representa acredita que estas alterações servem para corrigir alguns erros e acrescentar algumas competências à Promotorres, E.M. quando na verdade se devia exigir um plano integrado que desse resposta a todas as necessidades dos munícipes, como por exemplo a dificuldade de estacionamento dos

moradores junto às suas casas, o crescente ambiente de tensão entre a fiscalização e moradores, a demora inexplicável na remoção de veículos abandonados, o estacionamento selvagem em várias localidades do concelho sem intervenção ou regulação da autarquia e o congestionamento diário do tráfego em diversas artérias da cidade, agravado pela carência de estacionamento. -----

-----Disse ainda que há obviamente nesta alteração algumas medidas corretas, no entanto reforçam ser necessário um plano integral e que não mantenha o desequilíbrio nas ações na cidade e nas freguesias.-----

-----A *deputada municipal* **Marta Geraldes** começou a sua intervenção saudando a verdadeira participação pública pois muitos dos ajustes que o plano teve foram sugestões de moradores, que no fundo são quem vive a cidade e quem tem os problemas no dia a dia. -----

-----Também sabem que o problema de estacionamento é um problema sem fim e nunca está sanado. -----

-----Saudou a alteração que dá a possibilidade aos moradores de estacionarem nas bolsas de cargas e descargas durante a noite e questionou se existe alguma de possibilidade de ser uma futura empresa de transportes a vir a ficar responsável por esta área.-----

-----O *presidente de junta de freguesia da Ponte do Rol* **Pedro Vaza**, aproveitou a discussão deste assunto para dar nota de ocorrência com uma multa por estacionamento indevido numa zona de residentes de um município, que passou de €60,00 para €140,00, após reclamação na tentativa que a mesma fosse menos onerosa.-----

-----O *deputado municipal* **Francisco Corvelo** salientou que esta 3.^a alteração ao regulamento é de facto cirúrgica, e que para além de alguns retoques nada muda em relação aos problemas reais de estacionamento e trânsito que cada vez mais a cidade enfrenta, que são muitos.-----

-----No seu entender a Câmara Municipal, passado todo este tempo desde a sua implementação devia avaliar todas as consequências da sua aplicação, e propusesse alterações mais de fundo que respondessem às necessidades dos cidadãos no tocante ao estacionamento e à mobilidade. -

-----Disse ainda que nesta 3.^a alteração continua a aposta no estacionamento pago, as áreas de estacionamento gratuito são poucas e carecem de ser reequacionadas, existem bolsas que foram mal concebidas, condicionam todo trânsito e obrigam os condutores a cometerem infrações, sendo exemplo disso junto ao centro de hemodiálise na Av. Humberto Delgado, ou junto à biblioteca.-----

-----Continuou assinalando que existe também todo um conjunto de problemas relativos à mobilidade e ao bem estar dos cidadãos que não tendo a ver diretamente com o regulamento em apreciação, de modo nenhum estão completamente desligados do mesmo. Torres Vedras tem uma rede de ciclovias para incentivar o uso de bicicletas em vez do carro, mas sobretudo devido à conceção, pouco são utilizadas pelos ciclistas sendo na maior parte das vezes ocupadas por

peões e assim o PCP defende que se proceda a uma reflexão sobre estas matérias e se façam as alterações que se impõem neste domínio. -----

-----A **presidente da Câmara** lembrou que este plano remonta a 2008, teve a 1.ª alteração em 2014 e a 2.ª em 2018, não sendo concebível que se vá rever de dois em dois anos. Lembrou também que têm que ter em conta que os últimos dois anos foram de pandemia, período durante o qual muitas das regras não foram aplicadas e não faz sentido avançar já com um novo regulamento.-----

-----Explicou ainda que há medidas em que se vão detetando falhas que vão corrigindo e assim agradece os contributos que lhes cheguem para melhorar este instrumento. -----

-----Relativamente à questão das ambulâncias que estacionam para deixar e recolher doente para fazerem hemodiálise na Av.ª General Humberto Delgado, informou que o problema será resolvido a breve prazo, uma vez que a empresa irá brevemente mudar-se para novas instalações. -----

-----Não se registando mais intervenções, o Presidente da Mesa submeteu ao plenário o plano em discussão. -----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 32 votos a favor e 7 abstenções aprovar a 3.ª alteração ao regulamento de estacionamento, cargas e descargas e remoção de veículos abandonados do Município de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que se abstiveram Jorge Santos, Ana Teresa Carvalho, Rui Estrela, Ilídio Santos, Humberto Gomes, Andreia Caldas e Francisco Corvelo.-----

5 - PROPOSTA N.º 5/CM/2022 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 521, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 4/02/2021 a informar que a câmara, em sua reunião de 09/11/2021 deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios de Torres Vedras, e que em sua reunião de 01/02/2022, após a submissão a discussão pública deliberou aprovar a versão final do documento.

-----A **presidente da Câmara** explicou que se pretende com este instrumento operacionalizar a nível local e municipal as regras preconizadas na legislação inerente ao mesmo. -----

-----A **deputada municipal Ana Teresa Carvalho** no que se refere à orçamentação reportou-se ao caderno dois – Plano de Ação - para frisar que o 4.º eixo estratégico – Recuperar e Reabilitar Ecossistemas, é o único que não tem verbas, questionando a razão, pois trata-se de uma forma de tornar os territórios mais húmidos o que necessariamente vai implicar mais disponibilidade de água para combate a incêndios.-----

-----O **deputado municipal Francisco Corvelo** disse que este plano constitui um importante contributo para a compreensão dos fenómenos dos incêndios florestais na área do concelho e

sem dúvida uma importante peça na ocupação do território, e das suas consequências, mas de um estudo desta natureza, apesar de bem documentado e bem fundamentado, o PCP esperava mais uma vez que quase nada é dito quanto a medidas corretivas a implementar nomeadamente na exploração da floresta, referindo-se concretamente ao tipo de floresta que têm e que a querem vir a ter no concelho. -----

-----Prosseguiu indicando que o plano refere que o eucalipto é a espécie mais representativa do concelho, com cerca de 79% da área florestal, num total de 8.392 hectares, mas todos sabem que o eucalipto, para além de secar os recursos hídricos, é uma espécie potenciadora em alto grau de fogos florestais, existindo uma diferença na área apresentado no plano e na Portaria n.º 18/2020 de 5/01, que aumenta a área em mais 827 hectares e esta discrepância devia ser esclarecida. -----

-----Concluiu dizendo que este aumento da área pode constituir um verdadeiro atentado ambiental contra a defesa da floresta no tocante a incêndios o que é lamentável e assim o plano em discussão não os convence pois não contribuiu para a defesa efetiva da floresta como é o seu enunciado propósito, pelo que vai votar contra. -----

-----O *presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, José Damas Antunes*, salientou a importância do plano e no que se refere à rede viária, recomendou que deveria ser elaborado um regulamento municipal florestal para os caminhos agrícolas ou vicinais para se poder atuar perante quem destrói caminhos e valetas. -----

-----Também pediu a palavra o *presidente da junta da União de Freguesias do Maxial e Monte Redondo, Celso de Carvalho* para lembrar que à semelhança de outros, também este será um plano dinâmico que no futuro poderá ser ajustado e voltar ao órgão deliberativo. -----

-----Endereçou os parabéns à equipa que desenvolveu o plano e também ao município pelas faixas de combustível que foram feitas, fruto de um trabalho muito intenso. -----

-----Por último disse que se o plano falhar, Torres Vedras tem o melhor corpo de bombeiros do país, que está muito bem apetrechado e que resultou do investimento do município ao longo dos anos. -----

-----O *presidente da Câmara* referindo-se à intervenção da deputada municipal Ana Teresa Carvalho, quanto à recuperação e reabilitação dos ecossistemas informou que se reporta a situações após o fogo, lembrando que o concelho de Torres Vedras não tem tido incêndios significativos. -----

-----Quanto à sugestão do autarca de Campelos e Outeiro da Cabeça, disse que era uma proposta válida que colocaria aos serviços para analisar. -----

-----Por último agradeceu as palavras de Celso de Carvalho, que preside a freguesia com a maior área florestal do concelho, onde está ancorado o Centro Florestal Municipal e um autarca que conhece bem o trabalho realizado pelas equipas do Gabinete Técnico Florestal e de sapadores,

que é profundamente diferente do que existia há dois anos atrás. -----

----- Não se registaram mais intervenções, votando-se de imediato:-----

----- A Assembleia Municipal para efeitos do disposto na alínea h), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, conjugada com o n.º 4, do art.º 10.º, do Despacho n.º 443-A/2018 de 05/09 do Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, publicado no Diário da República de 9/01/2018 deliberou por maioria de 38 votos a favor e 1 voto contra aprovar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Torres Vedras. -

----- Anota-se que votou contra Francisco Corvelo. -----

6 - PROPOSTA N.º 6/CM/2022 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO JÚRI DESIGNADO NO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DIRIGENTE - DIRETOR DE DEPARTAMENTO, PARA O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E ATIVIDADE FÍSICA:-----

----- Presente número 519 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 4/02/2022 a dar conhecimento a câmara em sua reunião de 01/02/2022, deliberou submeter ao órgão deliberativo a alteração da composição do júri designado no procedimento em título, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de 22/02/2021, com vista ao provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau, Diretor de Departamento, para o Departamento de Educação e Atividade Física, uma vez que um dos vogais designados (vogal 1) Miguel Maria Horta Costa Arrobas Silva deixou de exercer as funções de Diretor Municipal na Câmara Municipal de Cascais, pelo que foi solicitado a este município a indicação de outro dirigente para esta função que propôs, para o efeito, o Diretor do Departamento de Educação e Atividade Física, João Bento Crespo Duarte Vitorino. -----

----- A Assembleia Municipal ao abrigo do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08 na sua atual redação deliberou, por unanimidade aprovar a alteração do júri designado pela Assembleia Municipal em 22/02/2021 com vista ao provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau, Diretor de Departamento, para o Departamento de Educação e Atividade Física, e nesse sentido designar para vogal, o Diretor do Departamento de Educação e Atividade Física, João Bento Crespo Duarte Vitorino. -----

7 - PROPOSTA N.º 7/CM/2022 - APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO “UMA NOVA MOBILIDADE PARA O OESTE”:-----

----- Presente ofício número 763, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/02/2022, a dar conhecimento que a câmara municipal, em sua reunião de 15/02/2022, deliberou, por maioria, aprovar a proposta de recomendação em título bem como em remetê-la à Assembleia Municipal, para que se pronuncie sobre a mesma, com vista a recomendar ao Conselho Intermunicipal, tendo em conta os considerandos nela descritos, o seguinte: -----

----- a) Que o modelo de mobilidade no território da Comunidade Intermunicipal do Oeste se

processe através de um operador interno;-----

----b) Que a constituição desse operador interno se traduza na participação da Comunidade Intermunicipal do Oeste na estrutura acionista de uma sociedade comercial detida por um Operador já presente no território do Oeste, assumindo o controlo da mesma através da detenção de 51% do seu capital social.-----

----A **presidente da Câmara** começou por dar nota que se trata de uma proposta de recomendação porque a competência em causa não é nem da Câmara Municipal nem da Assembleia Municipal, mas da Assembleia Intermunicipal do Oeste, sob proposta do seu órgão executivo, no entanto pareceu-lhes da maior sensatez dar a oportunidade aos órgãos autárquicos de cada município para se pronunciarem sobre proposta mesma. Deu nota ainda que esta proposta vem na sequência do conhecimento que todos têm das dificuldades de há muitos anos, em adaptar aquilo que são os interesses das empresas que operam nos nossos territórios, ao que é na realidade ou que deve ser o serviço público de transportes. -----

----Anotou que nos últimos dois anos, com a pandemia as dificuldades agravaram-se e nessa sequência, a OesteCIM começou a equacionar alternativas e de um estudo que foi feito emergiu como situação mais favorável a aquisição por parte da OesteCIM de 51% de um operador já presente no território do Oeste, por forma a controlar a atividade da própria empresa.-----

----Explicou ainda que os estudos concluíram que esta solução à partida daria origem a uma poupança muito substancial, mantendo as condições de 2019, em cerca de 11 milhões para a OesteCIM, no âmbito dos transportes. É evidente que esses 11 milhões estão pensados, para uma situação exatamente ao que se passava em 2019, que não será obrigatoriamente aquilo, mas vamos querer transportes mais eficientes e que sirvam melhor o público -----

----Com esse fim terá que ser feita a articulação em termos municipais e o objetivo primordial da empresa deixará de ser a obtenção de lucro, e permitirá que consigam ter um serviço público mais eficiente sem gastos acrescidos, pois o que existe nesta altura é uma despesa muito significativa em todos os municípios. -----

----Tomou a palavra o **presidente da Assembleia Municipal**, anunciando que concorda com o modelo de negócio proposto, tendo em conta o aumento exponencial do volume de veículos em circulação que é um problema terrível, não só no nosso país como em todo o mundo, porque o espaço não cresce, e quando invocam questões ambientais de tirar veículos das cidades e de criar alternativas, só o vão conseguir com transportes públicos, como tem sido conseguido em muitos sítios.-----

----Sem isso vai continuar a haver a política do transporte individual o que os leva a todos a estes problemas que conhecem.-----

----Acrescentou que também concorda com o modelo de negócio, por causa da escala, já que a

escala a nível municipal, não é um negócio minimamente aceitável, mas a intermunicipal sim. -----

-----Do ponto de vista financeiro, e se querem transportes públicos amigos do ambiente lembrou que estão a falar de um conjunto de componentes que é muito dispendioso, quer de investimento inicial, quer de manutenção e conservação da frota sem esquecer a formação dos trabalhadores, e assim dentro de uma perspetiva de custo/benefício e não de custo proveito, não se pode pensar que vai ser mais barato, mas vai haver benefícios fortíssimos que compensarão outras perdas financeira que hoje estão a existir e que terão que ser trabalhadas.-----

-----Fez notar também que há muitas cidades na Europa, em que os serviços públicos de transportes internos são gratuitos, mas também não se pode lá entrar com carros, havendo autocarros permanentemente a circular, porque vão poupar financeiramente noutra vertente qualquer.-----

-----Assim, reforçou que é um modelo de negócio que concorda, do ponto de vista do meio ambiente e de diminuir prejuízos e outros custos que irão encontrar associados ao ambiente e a outras áreas até do ponto de vista da saúde, e do ponto de vista da escala, se querem um bom serviço para as freguesias nos diferentes concelhos, em rotas que nunca terão rentabilidade. -----

-----Quanto à transparência do negócio, pela sua exigência de qualidade, não será a melhor forma alavancá-lo através de uma entidade já existente, com ideias e com processos históricos de gestão distintos do que se pretende e que são os grandes argumentos/justificação do modelo proposto na recomendação.-----

-----Assim, já que existe esta vontade coletiva de uma comunidade intermunicipal criar um sistema de transportes público a bem das populações, devem procurar a outra componente da receita que uma coisa destas exige para justificar uma despesa tão grande, mas que depois tem um proveito que se pode ir buscar com muitos e variados benefícios, contudo não dentro dos parâmetros que apresentaram.-----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, fez notar que como membro da Assembleia da CIM, assistiu a algumas sessões e este negócio foi-lhes apresentado, como se fosse o melhor do mundo, nomeadamente em questões tangíveis, ou seja vai ser tudo melhor, tudo mais barato, tudo fantástico.-----

-----Iguamente não está nada convicto do modelo de negócio, não está neste momento suficientemente elucidado e acha muito estranho haver unanimidade nos 12 municípios, independentemente da ideologia de cada um e só quem está na oposição é que acha mal.-----

-----Reforçou que não se sabe quanto se gasta em cada município, como serão feitos os novos percursos, que custos associados têm, e se será verdade que a Barraqueiro só pretende de certa forma deixar cair o negócio porque não pode ser opositor aos concursos internacionais às viaturas de hidrogénio.-----

-----Assim em nome do Grupo Municipal do PSD expressou as seguintes dúvidas: qual o montante que caberá a Torres Vedras e qual o custo que tem com os transportes, se os municípios vão gastar menos do que atualmente, e se a OesteCIM tem competência para criar uma empresa de raiz, gerir os 51% e torná-la mais eficiente. -----

-----Por último, assinalou que não gostou que na reunião de apresentação do estudo promovida pela OesteCIM, o técnico dissesse a meio da mesma que tinha que ir embora. -----

-----Conclui referindo que precisa de mais esclarecimentos quanto ao negócio, relativamente ao qual não está convicto e concorda completamente com o presidente José Correia. -----

-----O *deputado municipal* **Jorge Santos**, interveio para manifestar a posição do Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras relativamente a esta questão. -----

-----Desde logo disse que estão a abordar uma nova mobilidade assente num pressuposto que lhe parece antigo, ou seja vão partir de uma empresa que todos conhecem com os seus vícios, e tentar partir para um novo modelo de negócio assente num estudo feito em 2019. -----

-----Se há de facto um conjunto de variáveis já inúmeradas pelo presidente José Correia, que de facto são apelativas, desde logo o âmbito e o universo de utilizadores, depois há um conjunto de outras variáveis que são obscuras e para um negócio deste tipo, desta dimensão e com esta abrangência, não se pode partir no pressuposto de uma realidade distinta de há 3 anos, sendo certo que este período que foi passado em pandemia, mas tudo isto é novo, as necessidades vão ser novas, vão ser diferentes e para necessidades diferentes, respostas diferentes e custos acrescidos, exigindo uma nova abordagem, mais realista, e se estão a falar numa relação custo/benefício a abordagem tem que ser reequacionada com todas estas novas variáveis. -----

-----Nesta medida a posição deste grupo municipal é que esta vertente de negócio, nesta área pode e deve ser abordada pois afigura-lhes que pode ter interesse, mas para não caírem aqui como noutras situações na criação de “elefantes brancos”, em que a partir de um determinado momento já são os contribuintes, a pagar e a suportar o custo de uma realidade que não foi devidamente equacionada, há que pensar nela à priori, antes de se partir para este negócio. -----

-----O *presidente de junta de freguesia da União de Freguesias da Carvoeira e Carmões*, **Nuno Pinto** deu os parabéns à edil assim como a todos os autarcas da OesteCIM porque enquanto entidade pública têm a obrigação de gerir os dinheiros públicos da melhor forma possível mas na realidade ao dia de hoje os municípios já eram os grandes financiadores da empresa transportadora existente no concelho, quer através dos passes, quer da compensação de voltas que não eram rentáveis, sem terem outros direitos ou benefícios. -----

-----Anotou que as freguesias de baixa densidade, como a que preside, não são rentáveis e em quase todas há uma zona sem transportes públicos, sendo este um dos problemas que deve ser devidamente analisado neste novo negócio, sem esquecer a componente social inerente ao

mesmo e tendo em conta que há muito se fala de transportes a pedido. -----

----Reportando-se à intervenção do presidente José Correia, que muito apreciou, o *deputado municipal Pedro Castelo* mencionou que nela depreendeu que há uma disparidade entre a dita poupança e a que edil mencionou, na ordem dos 11 milhões de euros, revendo-se nas preocupações expressas, que o levam a lançar uma série de questões. -----

----Todos concordam que querem mais e melhores transportes, e o autarca Nuno Pinto aludiu a uma parte da população do concelho que é desprotegida, que não tem transportes e que não tem soluções. -----

----Nesta sequência, suscita-lhe dúvidas adquirir 51% do capital social de uma empresa já existente, para que se possa ter um controle efetivo, e que a OesteCIM tenha capacidade para fazer a gestão de uma empresa de transportes. A sustentabilidade não é bem explicada assim como o seu plano financeiro, e em termos de transparência do negócio, parece-lhe que a oportunidade é precisamente para a empresa já existente, que se livra de um grande problema passando-o para o âmbito da OesteCIM. -----

----Também lhe suscita dúvidas, como será articulada uma gestão harmoniosa entre os 12 municípios, que irão certamente reclamar o melhor para o seu próprio território. -----

----Assim defendeu que há muito por explicar, se bem que nesta 1.ª fase o CDS não irá contra esta proposta, mas estão preocupados, querem ter mais informação e mais ponderação e a seu tempo irão pronunciar-se de forma definitiva sobre aquilo que lhes é apresentado. -----

----Por sua vez o *deputado municipal Francisco Corvelo* salientou que a proposta em discussão consta de duas questões distintas, em 1.º lugar a alínea a) que merece a concordância e o apoio do PCP, crendo que merecerá certamente o apoio da maioria das forças políticas, presentes nesta Assembleia Municipal dada a sua importância e relevância no que toca à mobilidade no Oeste à qual na generalidade todos reconhecem graves problema e que carece efetivamente de medidas de fundo como esta, para que amanhã tenhamos uma melhor mobilidade na área da OesteCIM. --

----A persecução deste objetivo é proposta na alínea b) mas se para o PCP a assunção do controle do operador através da detenção de 51%, se lhes afigura lógica e talvez pacífica, merecendo genericamente a sua concordância, já todas as questões envolventes a esta operação, os remetem para uma situação de maior prudência e irá aguardar para que sejam identificadas e esclarecidas antes de manifestar o seu incondicional apoio. -----

----Referiu-se concretamente às contas e aos custos do estudo e à sua verificação com rigor, à defesa dos trabalhadores das atuais empresas e salvaguarda de transição dos estabelecimentos de todos eles, modelo de gestão que daqui irá resultar. -----

----Estando estas questões devidamente equacionadas e respondidas a sua posição será de aprovação, e traduz-se desde já no compromisso de acompanhar de modo atento e construtivo a

sua evolução, bem como todos os aspetos referidos, nomeadamente através da participação na Comissão de Sustentabilidade deste órgão.-----

-----Relativamente a este assunto o *deputado municipal João Bastos* disse que tem a certeza que a questão dos transportes é complexa, mas que não o incomoda nada que seja feita por privados, pois é um principio bom e em regra a gestão até é mais eficaz. -----

-----Desta forma lembrou que os transportes escolares são concessionados e funcionam bem, assim como julga que o serviço para Lisboa é eficaz e bastante compensador para os privados. Não está totalmente informado como funcionam os alvarás destes serviços, mas pensa que atribuem estes lotes para Lisboa, que depois em compensação, terão que fazer serviço público, que em princípio será deficitário para assegurar o transporte em aldeias mais isoladas.-----

-----Também consegue compreender que o privado, se estiver a fazer uma carreira que sucessivamente esteja vazia a encerre e assim relativamente à questão afluída pelo autarca da Carvoeira, questionou se não poderia ser equacionado, no âmbito da Câmara Municipal, um serviço semelhante ao “Porta a Porta”. -----

-----O *deputado municipal Rui Estrela* partilhou a apreensão manifestada em relação aos dados fornecidos pelos intervenientes, mas também reforçou o que foi dito pelo seu líder de bancada Jorge Santos, pois estão a falar de estudo com dados de 2019. -----

-----Argumentou que há muita coisa que já mudou com a pandemia, há hábitos que vão ser difíceis de mandar embora, pois houve uma tendência para o transporte individual nesta fase, e a partir do momento que começaram a sair, o transporte público passou a ser menos valorizado em relação ao privado.-----

-----Acha que o dito estudo só se fixou nos circuitos já existentes e assim partilha das palavras do deputado João Bastos, mas é fundamental ter informação mais atualizada, com uma perspetiva de futuro, ou seja, um plano de negócio assente naquilo que são as novas tendências das populações que vão habitar estes territórios e seguir soluções mais “porta a porta” ou “por chamada” que já existe a funcionar e que pode ser uma referência a ter em conta.-----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio*, começou por dizer que para além de deputado deste órgão também é presidente da Assembleia Intermunicipal do Oeste onde este assunto será efetivamente objeto de discussão e deliberação. -----

-----Ouidas todas as dúvidas levantadas, expressou o seu compromisso de colocar em sede de OesteCIM todas as demais questões que lhe fizerem chegar, para trazer as respostas que lhe forem facultadas, para que todos tenham confiança na deliberação que lá irão tomar.-----

-----Disse ainda que como todos os negócios, tem a certeza que existirão prós e contras, que terão que colocar na balança e encontrar o equilíbrio e respostas às populações, porque se hoje os munícipes torrienses já contribuem em muito daquilo que é a operação do transporte público,

falta-lhes a tomada de decisão do caminho a seguir com esses transportes públicos e esse é que é o grande objetivo.-----

-----Terminadas as intervenções foi dada a palavra à **presidente da Câmara**, para alguns esclarecimentos, que referiu considerar legítimas todas as dúvidas que foram expressas, relativamente a uma situação desta natureza, porque é uma decisão significativa, que envolve muito dinheiro e um compromisso para longos anos.-----

-----Também elogiou a posição do deputado municipal Rui Prudêncio no sentido de acolher todas as dúvidas para que se possa prestar o melhor esclarecimento possível, pois também crê que ainda há muito esclarecimento a fazer e mesmo a informação que lhe chegou, através da própria empresa, são apenas conclusões e precisam de saber como chegaram às mesmas.-----

-----Contudo ouviu alguns comentários que não lhe pareceram tão bem, referindo-se concretamente à questão da unanimidade entre os presidentes, por querer acreditar que são unânimes, porque conhecem bem as dificuldades dos seus territórios e são todos os dias confrontados com elas, tais como as dificuldades enunciadas pelo presidente de Junta Nuno Pinto que são muito gravosas e contribuem profundamente para a exclusão de algumas das suas populações, pelo que o sentido da sua anuência com um modelo desta natureza tem a ver com isso.-----

-----Por outro lado, fez notar que a mudança do paradigma é no sentido da utilização dos transportes públicos, não é no sentido do transporte individual, sendo esse o trabalho que todos têm que fazer e, portanto, não haverá um decréscimo de bilheteira, e os valores dos bilhetes serão aqueles que eles quiserem, e quer que venham a ser gratuitos, oferecendo às pessoas a alternativa de não trazerem carro.-----

-----Por tudo isto têm que aferir qual o caminho a seguir, não podendo só vir dizer que a mobilidade de hoje não é igual pois o todos sabem.-----

-----Relativamente ao “Porta a Porta” esclareceu que a Câmara Municipal presta este serviço a pessoas com mobilidade reduzida, mas não é um serviço que a autarquia tem que fazer em todos os sítios do concelho, quando deve ser feito pela empresa de transportes que existe no concelho.

-----Aproveitou para dar nota que já tentaram junto da empresa que faça este serviço com autocarros pequenos e tem sido sempre recusado, lembrando que nem sequer tem autocarros com plataforma para pessoas com deficiência.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da recomendação “uma nova Mobilidade para o Oeste”.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou

precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelos 01:00 horas, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da assembleia, indicando que continuaria no dia seguinte, tal como devidamente publicitado, uma vez que não se deliberou sobre todos os pontos agendados. -----

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2022:-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Carlos Nunes Carneiro (em substituição do 1.º secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segundo secretário). -----

-----Estavam presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

-----António Augusto Ferreira dos Anjos, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Rui José Prudêncio, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, José António do Vale Paulos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Renato António Cabral Rodrigues Monteiro, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sónia Alexandra Ferreira Patricio, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Tomás Horta Lourenço, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim do Espírito Santo, António José Silva Alves, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Baptista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, David Alves Gomes Lopes, Artur Alexandre Narciso e Amélia Maria Sá Osório Tovar de Carvalho Martins. -----

-----Faltaram as deputadas municipais Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco e Marta Filipa Sousa Gerales.-----

-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara, Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco, Francisco João Pacheco Martins, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira e Dulcineia Basílio Ramos. -----

8 - PROPOSTA N.º 8/CM/2022 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SUSPENSÃO EM 2022 DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS (RMAA):-----

-----Presente ofício número 520, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 4/02/2022, a informar

que o regulamento em título entrou em vigor no dia 2/12/2019, mas devido ao surgimento do surto/pandemia associado ao novo corona vírus — COVID 19, a Assembleia Municipal deliberou na sua sessão de 24/02/2021, sob proposta da câmara municipal, aprovar a suspensão da implementação do RMAA, com efeitos a 1/01/2021 com exceção dos apoios/concursos que estavam em curso e os que a situação pandémica não impedia de fazer cumprir os inerentes procedimentos. Como em 2022 a situação pandémica mantém-se e com ela as dificuldades de grande parte dos destinatários do referido regulamento, nomeadamente no que concerne a apoios pontuais e assim, não havendo projeções relativamente ao comportamento deste surto/pandemia, no que à data da sua contenção diz respeito, a câmara municipal em sua reunião de 01/02/2022, deliberou propor à Assembleia Municipal a suspensão da implementação do regulamento municipal de atribuição de apoios em 2022, nos mesmos termos da suspensão no ano de 2021, ou seja, com exceção dos apoios/concursos que estão em curso e os que a situação pandémica não impede de fazer cumprir os inerentes procedimentos e com efeitos a 1/01/2022. -----

----A **presidente da Câmara** disse que esta proposta visa a suspensão do regulamento nos mesmos termos e argumentos em que foi feito durante o ano de 2021, pois as associações têm manifestado dificuldades económicas para o seu funcionamento, e pretendem, que os apoios pontuais fiquem de fora do regulamento, para que possam atender a essas necessidades em qualquer momento. Os apoios de natureza cultural e desportivos continuam, tal como funcionaram inclusive no ano transato -----

----A *deputada municipal Ana Fiéis* disse que a justificação para esta suspensão parcial não pode ser a mesma de 2021 porque a situação não é gravosa como era o ano passado, tendo inclusive a DGS já anunciado que a partir de abril retomarão alguma normalidade. -----

----Foi comentado que as entidades beneficiárias têm alguma dificuldade em fazer o registo municipal de entidades na plataforma, pelo que questionou se está prevista alguma revisão/alteração ao regulamento, até porque lhe parece ser importante manter o regulamento em funcionamento porque oferece transparência e igualdade de oportunidades bem como um conhecimento integrado das entidades beneficiárias, o que considera positivo. -----

----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* inquiriu se foi feita alguma alteração no que se refere à atividade desportiva. -----

----A **presidente da Câmara** informou que pretendem que entre em vigor na sua totalidade, assegurando que as associações que têm tido dificuldades em inscrever-se na plataforma têm sido apoiadas pelos serviços nesse propósito. -----

----Concordou que felizmente a situação em 2022 é diferente, mas não se manifesta ainda na situação económica das próprias associações, porque na realidade muitas delas durante o ano de 2021, particularmente não tiveram atividade, o que se reflete na regularização dos seus

compromissos desse ano e assim vêm junto dos serviços solicitar apoio. -----

-----Respondeu ainda que os critérios para apoio ao desporto já foram alterados em consonância com a estratégia do município nesta área, introduzindo discriminações positivas concretamente nas freguesias onde a prática desportiva tem menos expressão, no incremento da prática desportiva da mulher e ultimamente no desporto adaptado. -----

-----O *deputado municipal* **Francisco Corvelo**, disse que ficou inicialmente surpreso com a suspensão em apreço, tendo em conta que estão a evoluir para uma situação mais normal em termos de pandemia, o que implica que as coletividades retomem por completo as suas atividades.-----

-----Algumas das dúvidas que tinha já foram esclarecidas e, por conseguinte, fica satisfeito por se continuar a apoiar às coletividades do concelho, certamente porque esteve muito tempo ligado ao associativismo, sabendo as dificuldades que enfrentam e o que custa trabalhar no desenvolvimento das suas atividades. -----

-----Reforçou que o apoio às coletividades é essencial e entende que se deve ir mais além nomeadamente no setor desportivo, mas sobretudo no setor cultural, onde quase toda a atividade do concelho se centra na cidade e há que desconcentrar e levá-la a todos os locais do concelho.--

-----O *deputado municipal* **Rui Estrela**, interveio em primeiro lugar para valorizar o mérito e a bondade do regulamento em discussão para apoios às associações, concretamente no que se refere ao puxar pela qualificação dos agentes. Princípios como buscar uma maior coesão social, uma sustentabilidade financeira das associações, promover uma gestão e planeamento das suas atividades e responsabilizar os agentes, é no seu entender o caminho. -----

-----Acrescentou que garantir legalidade, transparência, imparcialidade e a igualdade de oportunidades é incontestável que são bons princípios e todos devem alinhar com eles, assim como é fundamental possibilitar como ferramenta maior controlo, maior sistemática e maior racionalidade dos recursos municipais e todos reconhecem isso. -----

-----Sabem que este regulamento, especialmente na vertente da cultura, precisa de um maior aprofundamento, até porque é mais recente e o programa de apoio ao desporto já existia há muitos anos e foi sendo aperfeiçoado ao longo do tempo. Na cultura desde logo porque no ano transato foi aprovado o Plano Estratégico e há eixos que devem estar vertidos com maior vínculo.

-----Também quase que ansiou que se tratasse de uma proposta de revisão e não de suspensão, pois tal como no do desporto em que se distingue atividade federada e não federada, e formação de agentes, na área da cultura também devia prever essa maior especialização, desde logo, diferenciar o apoio às estruturas, ou à atividade, os que desenvolvem atividades pontualmente ou regulamente, ou valorizar e discriminar positivamente, o profissionalismo e o grau de profissionalização das associações, também medindo o impacto na sociedade em termos de

envolvimento.-----

-----Percebeu a proposta de suspensão da chefe de divisão datada de 26 de janeiro, e percebeu a deliberação do Executivo de 1 de fevereiro, mas ao dia de hoje não entende porque se suspendem os bons princípios e as boas garantias que o regulamento procura assegurar.-----

-----Não se registaram mais intervenções tendo o presidente da mesa colocado à votação o assunto em discussão.-----

-----A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou por maioria 30 votos a favor, 2 votos contra e 6 abstenções, aprovar a suspensão da implementação do Regulamento Municipal de atribuição de apoios em 2022, nos mesmos termos da suspensão no ano de 2021, ou seja, com exceção dos apoios/concursos que estão em curso e os que a situação pandémica não impede de fazer cumprir os inerentes procedimentos e com efeitos a 1/01/2022.-----

-----Anota-se que votaram contra Andreia Caldas e Jorge Santos e abstiveram-se Artur Corvelo, António Ferreira dos Anjos, Ilídio Santos, Humberto Gomes e Rui Estrela e Ana Teresa Carvalho.

9 – PROPOSTA N.º 1/AM/2022 - NOMEAÇÃO DE UM CIDADÃO ELEITOR PARA INTEGRAR A COMISSÃO ALARGADA DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, EM SUBSTITUIÇÃO DE CIDADÃ ELEITA PELA ANTERIOR ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

-----O presidente da Mesa informou que na sequência da substituição dos dois cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal na Comissão Alargada de Torres Vedras, em 29/11/2021 a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras solicitou também a substituição da cidadã eleita designada pela anterior Assembleia Municipal, Anabela Gonçalves, dado que a mesma durante o seu mandato apenas esteve presente numa única reunião e manifestou não ter na presente data, disponibilidade para se manter em funções.-----

-----Informou ainda que tinha na mesa uma proposta dos Unidos por Torres Vedras – Movimento Cívico a indicar Andreia Filipa Alves Caldas e que a votação seria feita por escrutínio secreto, em cumprimento do n.º 3 do art.º 55.º da Lei 75/2013 de 12/09, dando nota da metodologia a seguir.--

-----Antes de se passar à votação, deu a palavra à *deputada municipal Sónia Patrício* que expressou algumas palavras a agradecer a sua eleição para a Comissão Alargada em novembro do ano transato porque é uma área que lhe é muito cara e deu nota que se deparou com um trabalho extraordinário de uma equipa que se dedica todos os dias a tomar decisões muito difíceis, num trabalho pouco visível que merece a atenção de todos e algum apoio neste equilíbrio psicológico e emocional que devem ter quando se dedicam à vida de cada criança e sua família. --

-----Por último dirigindo-se à colega Andreia Caldas disse que a preparação vai ser um processo contínuo, mas esta equipa demonstrou-lhe que tem bom senso e acarinha-os bem, solicitando à colega que tenha motivação, disponibilidade e sensibilidade para lidar com estas questões.-----

-----O resultado da votação foi o seguinte: 30 votos a favor, 2 votos contra e 6 abstenções. -----

-----A Assembleia Municipal elegeu para integrar a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens de Torres Vedras, em substituição de Anabela Gonçalves, Andreia Filipa Alves Caldas. ----

10 – PROPOSTA N.º 2/AM/2022 - INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES:-----

-----Como nota prévia o **presidente da Mesa** informou que esta informação se manteria durante o mandato para informar o plenário do ponto de situação dos trabalhos das várias comissões. -----

Comissão Permanente de saúde: -----

-----O *presidente da Comissão Rui Prudêncio* informou que já têm em agenda uma reunião dia 4 de março com a presidente da Câmara e a presidente do Conselho de Administração do CHO, que visa fazer o acompanhamento de execução do protocolo de cooperação celebrado entre estas duas entidades em 12 de fevereiro de 2020, previsto na sua clausula 5.^a-----

-----Deu nota ainda que têm em marcha a preparação da Assembleia Municipal Temática sobre a saúde para além de irem iniciar um conjunto de audições com diversas entidades na área da saúde, para apresentar ao órgão deliberativo um relatório sobre a situação no concelho. -----

Comissão Permanente de Sustentabilidade - Mobilidade, Território e Ambiente: -----

-----O *presidente da Comissão Celso de Carvalho* começou por dar nota que no dia 18 de janeiro fizeram uma visita guiada à Estação de Transferência de OTA, acompanhados para além dos responsáveis da Valorsul e dos SMAS, de 2 representantes da Comissão de Moradores da Paúl uma vez que apesar de ser ligeiramente mais pequena esta estação apresenta características de construção muito parecidas com as da Paúl.-----

-----Após esta visita, também já se deslocaram à Estação de Transferência e Ecocentro da Paúl, onde foram acompanhados pela Administração da Valorsul e dos SMAS e contam na próxima sessão trazer para conhecimento do plenário um relatório comparativo em função das duas visitas, tendo também ficado combinado, que quando entrar em funcionamento, a comissão a possa visitar. -----

-----Informou ainda que reuniram no dia 4 de fevereiro, onde fizeram um levantamento de algumas temáticas que estão na ordem do dia, que atempadamente irão gerir e que a próxima reunião está marcada para o dia 4 de março.-----

-----Por último mostrou-se agradado por ter ouvido a edil incluí-los na próxima reunião com a Infraestruturas de Portugal por causa da temática de Runa.-----

Comissão Eventual de Acompanhamento da Revisão do Plano Municipal de Torres Vedras:-

-----O *presidente da Comissão José Vale Paulos* disse que a 1.^a reunião se realizou em 8 de fevereiro para discutir o plano de trabalhos e abordar a informação disponível dos trabalhos realizados para a 2.^a revisão, assim como a reforma estruturante vertida na nova legislação aplicável à mesma.-----

-----Proseguiu dando nota que a segunda reunião, em 2 de fevereiro realizou-se com a equipa camarária responsável pela elaboração da proposta de revisão do PDM, onde apuraram que esta revisão se iniciou em 2019 com uma auscultação à população para levantamento das pretensões, que existem parcerias com uma universidade para a definição teórica dos objetivos e o relatório de impacte ambiental e do ruído por uma equipa externa e que o prazo legal para esta revisão será até final de 2022. -----

-----Apuraram também que a primeira proposta de revisão do PDM foi aprovada pelo executivo em 27 de julho de 2021, encontrando-se em fase de conciliação com as entidades de acompanhamento, e que só depois terão uma versão final para submeter a discussão pública e ainda que vai ser necessário articular a proposta do PDM com a Reserva Ecológica Nacional (REN) e a Reserva Agrícola Nacional (RAN). -----

-----Por último deu nota que sobre a extinção das áreas urbanizáveis e o tipo de classificação em sua substituição, foram esclarecidos que serão trabalhados os cadastros dos imóveis para tentar justificar a manutenção de, pelo menos uma faixa de terreno confinante com o caminho para área urbana, e que relativamente à diminuição das áreas urbanas previstas na lei a autarquia irá fazer todos os possíveis para manter a maior parte da capacidade para construção. -----

Comissão Permanente de Economia e Demografia: -----

-----O *presidente da comissão José Manuel Correia* deu nota que estão a fazer um levantamento de dados com o apoio dos serviços da autarquia, que já trabalham nestas áreas, tanto do ponto de vista empresarial visando a elaboração de uma carta económica do concelho, assim como uma carta demográfica, utilizando critérios que possam coexistir e lhes permita ter uma imagem do concelho tanto do ponto de vista de atividade económica e de pessoas envolvidas, na sua expressão demográfica dentro do concelho. -----

-----Mais deu nota que brevemente será marcada uma reunião, para se afinar toda essa construção de produção de dados e que de acordo com o decidido pela comissão e com base nessa análise irão promover fóruns de discussão com as entidades representativas das diferentes fileiras económicas que possam considerar estratégicas e estruturantes do espaço concelhio, que também irão associar às assembleias temáticas. -----

-----O *deputado municipal João Bastos*, pediu a palavra, para fazer alguns comentários complementares ao trabalho das comissões e reportando-se à comissão do PDM, da qual faz parte, disse que o presidente da mesma fez uma boa explicação dos trabalhos que estão a decorrer bem. -----

-----Relativamente à comissão de sustentabilidade, da qual também faz parte, disse que o tema central é a Estação de Transferência e EcoPonto da Paúl, à qual fizeram uma visita na passada terça feira, onde acolheram os bons esclarecimentos prestados pela Valorsul sobre o complexo

que lhe parece bem. Ficou a saber que a autarquia está a estudar questão das acessibilidades ao centro e também uma ligação pedonal entre Paúl e Torres Vedras e sobre esta situação lembrou que aquando da requalificação da EN9 na direção de Santa Cruz, foi por sugestão do PSD que foram incluídas as 4 faixas e também nessa altura sugeriu a inclusão de uma ciclovia encostada à EN9, que se lá estivesse agora não seria necessário pensar neste acesso pedonal que lhe parece muito difícil de executar. -----

-----Acrescentou que, embora a localização do Centro lhe pareça bem, consegue compreender a população da Paúl pois ninguém quer ter lixo à sua porta e esta questão tem que ser resolvida em termos de acessibilidades. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

11 – PROPOSTA N.º 03/AM/2022 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:---

-----Presente informação em título datada de 16/02/2022, reportada ao período entre 1/11/2021 e 31/01/2022 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 10.518.180,99 e € 1.07.681,77 de dívidas a fornecedores. -----

-----Relativamente ao documento em análise pediu a palavra a *deputada municipal Susana Neves* para destacar que a Câmara Municipal foi distinguida com o prémio “Autarquia mais Familiarmente Responsável” atribuído pelo 13.º ano consecutivo pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, bandeira que distingue os municípios pela adoção de políticas inclusivas, a proteção social, medicamentosa, alimentar e afins de apoio às famílias, que se projetou também em termos de pandemia. -----

-----Em segundo lugar destacou o projeto “aqui e acolá por onde andaré” que assenta na criação de um conjunto de produtos educativos/maletas pedagógicas de mediação cultural e motricidade musical e outros direcionadas ao público sénior, que circulam por todo o concelho pelas instituições de lar e centros de dia existindo também a previsão futura de incluir o apoio domiciliário e que recebeu uma menção honrosa no concurso de Boas Práticas de Envelhecimento Ativo e Saudável na Região Centro. -----

-----O *deputado municipal Francisco Corvelo* aproveitou este ponto para dar nota de ter tido conhecimento que na Escola Padre Francisco Soares, o chão, pilares e escadaria do anfiteatro estão inadequadas para as crianças, mas continua a ser utilizado e os acidentes continuam a ocorrer. Assim gostaria de saber se a autarquia está a equacionar requalificar pelo menos este espaço. -----

-----Também gostaria de saber se o suplemento de insalubridade, penosidade e risco, já está a ser pago, tendo em conta que o edil em abril de 2021 disse ao plenário que este assunto seria agendado brevemente para o executivo. -----

-----O *presidente de junta de freguesia da Ponte do Rol, **Pedro Vaza***, manifestou a sua tristeza com as notícias de vítimas resultantes da invasão da Ucrânia pela Rússia, sugerindo que a Assembleia Municipal, num ato de solidariedade, observasse minuto de silêncio. -----

-----Enalteceu o início das obras dos relvados do SCUT, algo que lhe diz bastante e que independentemente da forma, importa que as obras avancem, porque mais vale tarde que nunca.

-----O ***presidente da Mesa*** registou as palavras e remeteu a sugestão para o final da sessão. -----

-----O *presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, **José Damas Antunes*** interveio no sentido de sinalizar no documento em apreço o que acha ser um erro, referindo-se concretamente ao saneamento da Quinta do Vale em Campelos que aparece pela 2.^a vez como estando a decorrer, mas não conhece esta quinta e pensa que se refere ao saneamento entre Casalinho das Oliveiras e Casal das Giestas. -----

-----De seguida questionou qual o critério usado pela autarquia para repavimentar os cortes nas valas que neste local já estão há uns meses para repor à semelhança de outros locais que estão em muito mau estado, ao invés de outras que são mais recentes, mas são repavimentadas no imediato. -----

-----O *deputado municipal **Humberto Gomes*** questionou se à semelhança do que acontece com a limpeza do rio Alcabrichel, para o qual existe um protocolo com o Exército, está previsto este tipo de colaboração também para o rio Sizandro. -----

-----Indagou qual o ponto de situação do futuro Centro de Saúde de Runa. -----

-----Reportando-se aos concursos públicos para atribuição de concessão da utilização de recursos hídricos, para conceção, construção e exploração de equipamentos com funções de apoio de praia que o município tem em curso, o *deputado municipal **Ilídio Gomes***, questionou se alguma vez foi equacionado um procedimento diferente, ou seja, se estudaram uma alternativa para colmatar as dificuldades que têm surgido nestes concursos públicos. -----

-----Concluídas as intervenções foi dada a palavra à ***presidente de Câmara*** para prestar alguns esclarecimentos. -----

-----A edil começou por agradecer à deputada Susana Neves, pela importância dos projetos visados na sua intervenção, que são muito importantes em termos de estratégia para a coesão social e para o desenvolvimento do território. -----

-----Em resposta à questão sobre a Escola Padre Francisco Soares, lembrou que esta escola só há pouco tempo passou para a dependência da Câmara Municipal aquando da descentralização de competências, mas até hoje nunca lhe foi reportado que o anfiteatro fosse perigoso, contudo agradeceu o alerta. -----

-----Informou que nos SMAS o suplemento de penosidade está a ser pago com retroativos, contudo na Câmara Municipal tem sido mais difícil de apurar quais os funcionários que têm direito

e a contabilização dos dias, sabendo que irá sair nova legislação para esse efeito, que será pago com retroativos a janeiro de 2021. -----

-----Sobre o Torriense, também se manifestou satisfeita uma vez que o caminho está a ser feito.--

-----No tocante ao saneamento confirmou que se refere ao Casal das Giestas e sobre o asfaltamento tem noção que há necessidades em todas as freguesias, mas sobretudo no último ano e meio foi um trabalho intenso e Campelos é das freguesias que não tem muitas razões de queixa, assegurando ainda que consta do programa do PS a requalificação das infraestruturas viárias do concelho e vão cumprir o compromisso de fazer todos os anos asfaltamento. Quanto às valas, os critérios vão no sentido de repor logo após a obra, mas podem surgir situações em que haverá razões para que assim não aconteça, que não pode agora precisar. -----

-----Esclareceu que o que está a ser feito pelo Exército é a abertura de um Ecocaminho junto ao Rio Alcabrichel, mas é um trabalho projetado para ser feito ao longo deste mandato e quanto ao Centro de Saúde de Runa informou que o projeto está em curso. -----

-----Registou a intervenção sobre os apoios de praia, assegurando que pensaram nas diversas vertentes possíveis e que após análise esta foi a opção escolhida. Nesta altura têm 4 projetos em análise, que levam mais tempo porque também carecem de parecer da Agência Portuguesa do Ambiente.-----

-----O *autarca da Ponte do Rol* **Pedro Vaza** disse ter registado com imenso agrado a informação que vai haver alcatroamento todos os anos. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

PONTO 11.1 - PROPOSTA N.º 4/AM/2022 TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021): -----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal:-----

-----Ofício número 8127 de 23/12/2021:-----

-----1 – Processo ED/592/2020 – Requerimento ED/7435/2020 – CIVILREM, Lda. - quatro parcelas de terreno de proprietários confinantes, com a área total de 427,63m² para requalificação da via pública, constando do processo as autorizações, para cedências, infraestruturização, e requalificação do acesso, á área de intervenção, assim distribuídas: 12,00m², a retirar do Prédio Rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 445, da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, e inscrito na matriz sob o n.º 107 secção L da referida freguesia; 141,27m², a retirar do Prédio Rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º. 1841, da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da

Cabeça, e inscrito na matriz sob o art.º 1621 da secção L da referida freguesia e 148,25m² e 126,11 m² a retirar do Prédio Rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 111, da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, e inscrito na matriz com o n.º 104 secção L; -----

-----À área a ceder foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um total de € 2.138,15, arredondado nos termos do CIMI, para € 2.140,00. -----

-----2 – Processo ED/344/2021 – Requerimento ED/4262/2021 – Nuno Miguel Albuquerque Castro Almeida Cardim – parcela de terreno com a área de 631,80m², a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 290 da freguesia de Freiria e descrito na matriz sob o art.º 52 secção I, da citada freguesia, para requalificação da via e à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00, o que perfaz um total de € 3.159,00. -----

-----3 – Processo ED/65/2021 – Requerimento ED/943/2021 – Pedro Miguel Esteves Clímaco – parcela de terreno com a área de 64,82 m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2775, da Freguesia de Freiria, e descrito na matriz com o n.º 2386 Urbano, para alargamento do arruamento público, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 330,00.-----

-----4 – Processo ED/484/2021 – Requerimento ED/5980/2021 – Pedro Gonçalo Marques Moreira – parcela de terreno com a área de 30,40m² a retirar do prédio rústico, sito na Rua do Moinho, 34, em Boavista, freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, e inscrito na matriz sob o artigo 84.º, “seção T” e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 7366, da referida freguesia, para requalificação da via pública e à qual foi atribuído o valor unitário de €5,00, o que perfaz o valor total de € 152,00, arredondado para € 160,00, nos termos do CIMI.-----

-----5 – Processo ED/332/2021 – Requerimento ED/4109/2021 – Ricardo Nuno Entrudo Ribeiro – parcela de terreno com a área de 30,40m² a retirar do prédio rústico, sito na Rua do Moinho, 34, em Boavista, freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, e inscrito na matriz sob o artigo 84.º, “seção T” e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 7366, da referida freguesia, para requalificação da via pública e à qual foi atribuído o valor unitário de €5,00, o que perfaz o valor total de € 152,00, arredondado para € 160,00, nos termos do CIMI.-----

-----6 - Processo CT/1188/2021 – Requerimento CT/9350/2021 – Geoquatro – Gestão Imobiliária, Lda. – parcela de terreno, situada na Rua da Horta Nova, 6, 8, 10 e 12, em Torres Vedras, com a área de 546,58m² a retirar do prédio, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 641, da freguesia de Torres Vedras (Santa Maria do Castelo e S. Miguel - extinta), e inscrito na matriz sob o n.º 591, da freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, para beneficiação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.732,90, arredondado para € 2.740,00, nos termos do CIMI.-----

-----Ofício número 92 de 7/01/2022: -----

-----1 – Processo CT/1247/2021 - Requerimento CT/9929/2021 – José Francisco Quaresma da Silva - parcela de terreno, situada na localidade de Montengrão, freguesia de Ventosa, com a área de 216,00m² a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 1024, da freguesia de Ventosa, e inscrito na matriz sob o art.º 9.º, Secção “P” (Parte), da referida freguesia, para beneficiação das Ruas de Santa Cristina e da Bela Vista, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de €1.080,00.-----

2 – Processo CT/1118/2021 – Requerimento CT/8844/2021 – José Carlos da Costa Claro - parcela de terreno, situada na Rua da Escola, 41, na localidade de Sarge, freguesia de Torres Vedras, Santa Maria, S. Pedro e Matacães, com a área de 15,00m² a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 753, da freguesia de Santa Maria, do Castelo e São Miguel e inscrito na matriz sob o n.º 3077, da freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, para beneficiação da Rua da Escola à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 75,00, arredondado para € 80,00, nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI.-----

-----3 - Processo CT/1206/2021 – Requerimento CT/9552/2021 – Armindo da Silva Quaresma Marcolino - parcela de terreno, situada em Casal do Infesto, na localidade de Montengrão, freguesia de Ventosa, com a área de 18,72m² a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 34.º, Secção Q, da freguesia de Ventosa, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 2232, da citada freguesia, para beneficiação da Rua do Poço Novo, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 93,60, arredondado para € 100,00, nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI. -----

-----4 – Processo CT/1180/2021 – Requerimento CT/9304/2021 – Ingo Schlicht - parcela de terreno, situada em Rua dos Milagres n.º 6, localidade de Folgarosa, União de Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 26,80m² a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 3397, da freguesia de Dois e inscrito na matriz sob o artigo 2708.º, da União das freguesias de Dois Portos e Runa para beneficiação da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 134,00, arredondado para € 140,00, nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI.-----

-----5 – Processo CT/1248/2021 – Requerimento CT/9934/2021 – Luciano Joaquim Lourenço - parcela de terreno, situada em Rua dos Pinheirinhos n.º 4, localidade de Campelos, União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, com a área de 53,00m² a retirar da parte rústica do prédio misto, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 3873, da freguesia de Campelos e descrito na matriz com o n.º 150, Secção “H” e artigo 2663 da União das freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, para beneficiação da via pública, à qual foi

atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 265,00, arredondado para € 270,00, nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI. -----

-----6 – Processo CT/735/2021 – Requerimento CT/5890/2021 – Controlauto – Controlo Técnico Automóvel, SA - parcela de terreno, situada em Casalinhos de Alfaiata, freguesia de Silveira, com a área de 319,00m² a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 6478, da freguesia de Silveira e inscrito na matriz com o n.º 6544, da referida freguesia, destinado a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.595,00, arredondado para € 1.600,00, nos termos do CIMI.---

-----7 – Processo CT/737/2021 – Requerimento CT/5900/2021 – Controlauto – Controlo Técnico Automóvel, SA - parcela de terreno, situada na Rua Vale Rodrigo, em Casalinhos de Alfaiata, freguesia de Silveira, com a área de 854,00m² a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1811, da freguesia de Silveira e inscrito na matriz com o n.º 77, secção “Z”, da referida freguesia, destinado a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 4.270,00. -----

-----8 – Processo CT/948/2021 – Requerimento CT/7437/2021 – Eduardo Natalino Ferreira Marques, parcela de terreno, situada na Rua Rainha Santa Isabel, 14, em Maceira, União de freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 205,50,m² a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 7875, da freguesia de A-dos-Cunhados e inscrito na matriz sob o art.º 1300, da União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, destinado a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.027,50, arredondado para € 1.030,00, nos termos do CIMI. -----

-----9 – Processo ED/81/2021 – Requerimento ED/7797/2021 – Hélder José Roque Rodrigues Pedro parcela de terreno, situada no Casal do Palmeiro, 12, na localidade de Caixeiros, freguesia de Silveira, com a área de 16,50,m² a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 6756, e inscrito na matriz sob o artigo 8695.º, da freguesia de Silveira, destinado a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 82,50, arredondado para € 90,00, nos termos do CIMI. -----

-----10 – Processo CT/1133/2021 – Requerimento CT/8991/2021 – Hélio Manuel Martins de Matos, parcela de terreno, situada em Portela do Bispo, localidade de Dois Portos, União de freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 130,00,m² a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 560, da freguesia de Dois Portos e inscrito na matriz com o n.º 72, secção “GG”, da União das freguesias de Dois Portos e Runa, destinado a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 650,00. -----

-----11 – Processo CT/1091/2021 – Requerimento CT/8617/2021 – Isabel Maria dos Santos Reis,

parcela de terreno, situada na Rua do Relógio do Sol, na localidade de Bonabal, freguesia de Ventosa, com a área de 740,00,m² a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1427, da freguesia de Ventosa, e inscrito na matriz com o n.º 115.º, secção “I”, da referida freguesia, destinado a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 3.700,00. -----

-----12 – Processo CT/1137/2021 – Requerimento CT/9049/2021 – Jaime Guilherme Ferreira e Jorge Manuel Ferreira, parcela de terreno, situada em Largo António Ferreira, Casal da Barreirinha, União de freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 1,727,00,m², a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 2133, da freguesia de A-dos-, e inscrito na matriz com o n.º 90, secção “H”, da União de freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, destinado a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 8.635,00, arredondado para € 8.640,00, nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI. -----

-----13 - Processo CT/712/2021 – Requerimento CT/5662/2021 – José Alberto Lourenço Cipriano, parcela de terreno, situada em Casal Sicó, localidade de Asseiceira, freguesia de Freiria, com a área de 235,00,m², a retirar da parte rústica do prédio misto, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 207, da freguesia de Freiria, e participado na matriz rústica sob o artigo 3.º, secção “N”, e matriz urbana sob os artigos 404 e 1198 da citada freguesia, destinado a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.175,00, arredondado para € 1.180,00, nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI. -----

-----14 - Processo CT/1272/2021 – Requerimento CT/10149/2021 – Júlio Manuel Rafael António parcela de terreno, situada na Rua dos Valinhos, 21, localidade de Casal Barbas, freguesia de Turcifal, com a área de 280,00,m², a retirar da parte rústica do prédio misto, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 2642, e inscrito na matriz sob o artigo 34.º, secção “Z”, da citada freguesia, destinado a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.400,00. -----

-----15 - Processo CT/602/2021 – Requerimento CT/4747/2021 – Nuno Manuel Bernardes Luís parcela de terreno, situada na Rua do Ribeiro, localidade de Orjariça, freguesia Santa Maria, S. Pedro e Matações, com a área de 347,00,m², a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1166, da freguesia de Santa Maria do Castelo e S. Miguel (extinta) e inscrito na matriz sob o art.º 78, secção “3L1”, da freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matações, destinado a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 1.735,00, arredondado para € 1.740,00, nos termos do CIMI.---

-----16 - Processo CT/1290/2021 – Requerimento CT/10247/2021 – Luís Miguel Alves Antunes parcela de terreno, situada na Avenida do Frade, localidade de Charneca, freguesia de Silveira,

com a área de 166,00,m², a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 6880, da freguesia de Silveira, e inscrito na matriz sob o art.º 8643, da referida freguesia, destinado a benefício da via pública, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 830,00.-----

-----17 - Processo de obras ED/270/2021 – Requerimento ED/3386/2021 – André Carlos Santos Ferreira - Licenciamento de obras de edificação em habitação unifamiliar – Rua Ponte da Missa – S. Pedro da cadeia - freguesia de S. Pedro da Cadeira - parcela de terreno, com a área de 492,95m², a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 3152, da freguesia de S. Pedro da Cadeira e inscrito na matriz sob o artigo 2.º, secção “DD”, da citada freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.470,00, após arredondamento previsto no ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI; -----

-----18 - Processo de obras ED/697/2020 – Requerimento ED/8903/2020 – Associação de Socorros da freguesia do Turcifal – licenciamento de ampliação de equipamento social – creche, centro de dia e apoio domiciliário – Alto de Santo Amaro – Casal da Rocha – freguesia de Turcifal - parcela de terreno, com a área de 320m², que serão retirados do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 11º da secção Q, da Freguesia de Turcifal, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído um custo unitário de 5,00€, o que perfaz um valor total de € 1.600,00;-----

-----19 - Processo de obras ED/653/2021 – Requerimento ED/8121/2021 – Cláudio Rafael Ferreira Santos - Licenciamento de obras de edificação de habitação unifamiliar – Rua Casais do Aleixo – Bairro Vila morena – freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães - parcela de terreno, com a área de 35,70m², a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial com o n.º 652, da freguesia de Torres Vedras (S. Pedro e Santiago), e inscrito na matriz com o n.º 18 secção “II”, da freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz o valor total de € 178,50; -----

-----20 - Processo de obras ED/484/2020 – Requerimento ED/5888/2020 – Esboço Flutuante, Unipessoal, Lda. - Licenciamento de obras de edificação de habitação coletiva – Rua Relógio do Sol – Bonabal - freguesia de Ventosa - parcela de terreno, com a área de 570,00m², a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial com o n.º 360, da freguesia de Ventosa e inscrito na matriz com o n.º 54, secção “I”, da citada freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz o valor total de € 2.850,00; -----

-----21 - Processo de obras - ED/421/2021 - Requerimento ED/5325/2021 - José António Miranda Ribeiro - Construção de habitação unifamiliar - Rua do Sol - Casal do Frade - freguesia Silveira - parcela de terreno, com a área de 30m², a retirar do Prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 6695, da Freguesia de Silveira, e inscrito na matriz com o n.º 9443 da referida freguesia perfazendo um total de € 150,00; -----

-----22 - Processo de obras ED/512/2021 – Requerimento ED/6304/2021 - Pedro Filipe Abreu Quaresma - Construção de habitação unifamiliar - Rua das Maias – Turcifal - freguesia Turcifal - parcela de terreno, com a área de 50 m2, para requalificação da via pública, a retirar do prédio rústico inscrito na matriz sob o art.º 153 da secção E, da Freguesia de Turcifal, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2966 da Freguesia do Turcifal, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 250,00;-----

-----23 - Processo de obras ED/662/2020 – Requerimento ED/8271/2020 – Teresa Maria Dinis Marques Ferreira - Pedido de informação prévia para construção de edifício destinado a habitação unifamiliar – Casal Cabeça de Ferro – Carvoeira – União das freguesias de Carvoeira e Carmões - parcela de terreno, com a área de 83,00m2, a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 852, da freguesia de Carvoeira e inscrito na matriz sob o artigo 1474.º, da União de freguesias de Carvoeira e Carmões, para requalificação de arruamento, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de € 415,00, valor este arredondado nos termos do CMI, para € 420,00;-----

-----Por último foi ainda deliberado retificar a deliberação de 31/05/2021, no que se refere à área de cedência de uma parcela de terreno para o domínio público, por parte de Artur Sales Francisco na sequência de informação dos serviços técnicos da divisão de gestão urbanística relativamente a um erro de escrita no texto, e após introdução das necessárias correções, o texto passou a ser o que abaixo se transcreve:-----

- Processo ED/609/2020 - Requerimento ED/9018/2021 – Artur Sales Francisco – parcela de terreno, situada na Rua dos Francas, n.º 1, em Carvoeira, União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 57,60m2, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 969, e inscrito na matriz sob o artigo 1087, da freguesia de Carvoeira e Carmões, com 642,60m2, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m2, o que perfaz um valor total de €288,00, para beneficiação da via pública, arredondado nos termos do CIMI, para €290,00.-----

-----Ofício número 217 de 20/01/2022:-----

-----1 – Processo CT/1436/2021 - Requerimento CT/11353/2021 – Sociedade Imobiliária Carmona, SA - parcela de terreno, situada na Rua da Mina n.º 1, Torres Vedras, freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, com a área de 98,00m2 a retirar do prédio urbano, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o n.º 5697, da freguesia de S. Pedro e Santiago, e inscrito na matriz sob o n.º 8134 da freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, para alargamento da Rua da Mina, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m2, perfazendo um total de € 490,00.-----

-----2 - Processo de obras ED /500/2021 - Requerimento: ED /6237/2021 - Micael dos Santos Luis – parcela de terreno, situada na Póvoa de Além - União de Freguesias de A dos Cunhados e

Maceira, com a área de 103m² para requalificação da via pública, a retirar do Prédio rustico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 9411, da Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira e descrito na matriz rústica sob o artigo 32º da secção QQ com 1800 m², à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 515,00, arredondado nos termos do CIMI para € 520,00. -----

-----3 - Processo de obras ED/798/2021 – Requerimento ED/10404/2021 – Ana Isabel Mota Severino – parcela de terreno, situada na Rua João Augusto Dias – Carvoeira – União de Freguesias de Carvoeira e Carmões, com a área de 30,40m², a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2783, da União de Freguesias de Carvoeira e Carmões e inscrito na matriz com o n.º 2442, da secção “P”, da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00, perfazendo o valor de € 160,00.-----

-----4 - Processo de obras ED/204/2021 – Requerimento ED/2602/2021 – Lina Maria Faria Jorge Henriques – parcela de terreno, situada na Rua das Linhas de Torres n.º 15 – Torres Vedras – Freguesia e Santa Maria, S. Pedro e Matacães, área de 24,42m² a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 6031, da Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, e inscrito na matriz com o n.º 9971, da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00, perfazendo o valor de € 130,00.-----

-----Ofício número 217 de 20/01/2022:-----

-----1 - Processo de obras ED /456/2021 - Requerimento: ED /5599/2021 - Correia, Construções, Lda. – parcela de terreno, situada na Rua Hélder Machado Godinho - Vila Facaia - Freguesia do Ramalhal, com a área de 714,50m², a retirar do Prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2924, da Freguesia do Ramalhal e descrito na matriz com o n.º 103 rústico secção D, da referida freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 3.780,00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----2 - Processo de obras ED /482/2021 - Requerimento: ED /5977/2021 – António José Leite de Magalhães – duas parcelas de terreno, situadas na Rua do Outeiro em Arneiros, freguesia da Ventosa, com a área de 25,40m², sendo uma parcela com 15,40m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2974, da Freguesia da Ventosa e inscrito na matriz sob o artigo 4242, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 77,00, valor este arredondado para 80,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, e outra parcela com 10,00m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2904, da Freguesia da Ventosa e inscrito na matriz sob o artigo 4243, da referida freguesia, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 50,00. -----

-----3 – Processo de obras CT 1101/2021 - Requerimento CT8681/2021 – Hélder António Pombo Antunes – Duas parcelas de terreno, situada na Rua Pereira Paulo, 1-A, Casal Cochim, freguesia da Silveira, destinadas ao domínio público, a retirar do Prédio Urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 1916 da Freguesia de Silveira e inscrito na matriz sob o artigo 4300, da Freguesia da Silveira, com a área de 120,50m², distribuídas pelas seguintes parcelas: Parcela 1 com a área de 63,00m² para alargamento da Rua Pereira Paulo; Parcela 2 com a área de 57,50m² para alargamento da Rua do Cristo, tendo sido atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 602,50, valor este arredondado para a € 610,00, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI.-----

-----4 – Processo CT/1360/2021 - Requerimento CT/10751/2021 – Gracinda de Jesus Antunes - Cinco parcelas de terreno, com a área total de 420,00m² a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 6427, da Freguesia de A dos Cunhados e inscrito na matriz com o art.º 61 Rústico da secção NN da União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira, destinados ao benefício da via pública, distribuídos da seguinte forma: Parcela 1 com a área de 100,00m², para a Rua Horta da Fonte; Parcela 2 com a área de 80,00m², para a Rua da Eira; Parcela 3 com a área de 45,00m², para a Rua da Almargem; Parcela 4 com a área de 95,00m², para a Travessa da Oliveira, e; Parcela 5 com a área de 100,00m², para a Rua do Sol. Para efeitos de atribuição de valor às parcelas de terreno acima descritas, os serviços técnicos consideraram um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.100,00. -----

-----5 – Processo CT/1374/2021 - Requerimento CT/10857/2021 – Eduardo José da Silva Manuel – Três parcelas de terreno com a área total de 205,00m², a retirar da parte rústica do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 211, da Freguesia de Ramalhal e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o n.º 3143 e na matriz predial rústica sob (parte) do artigo 84, secção “F”, da referida freguesia, destinados ao benefício da via pública, distribuídos da seguinte forma: Parcela 1 com a área de 120,00m² (caminho público a norte); Parcela 2 com a área de 60,00m² – Rua Casal do Seixo; Parcela 3 com a área de 25,00m² – Rua dos Cedros. Para efeitos de atribuição de valor às parcelas de terreno acima descritas, os serviços técnicos consideraram um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.025,00, arredondado para € 1.030,00, nos termos do ponto 2 do artigo 38.º do CIMI.-----

-----6 - Processo de obras ED/347/2021 – Requerimento ED/4280/2021 – Ricardo Pedro Luis Vieira – parcela de terreno, situada na Rua Vale da Casa, 10 – Sobreiro Curvo – União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com área de 53,03m² a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4444, da União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira, e descrito na matriz com o n.º 5898 Urbano com

8022m², para requalificação da via pública, e à qual foi atribuído o custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 265,15, arredondado para € 270,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI.-----

-----7 - Processo de obras ED /273/2021 - Requerimento: ED /3423/2021 - Potencialógica Unipessoal, Lda. – duas parcelas de terreno, situadas na Rua de S. Pedro – Boavista - Freguesia de Silveira, a retirar do Prédio Rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras sob o n.º 6024 da Freguesia de Silveira e descrito na matriz com o art.º 152 secção C, da referida freguesia, com a área de 154m², para requalificação da via pública, distribuídas pelas seguintes parcelas: Parcela 1 com a área de 86,49m² - Rua da Escola; Parcela 2 com a área de 67,51m² – Ligação pedonal Rua António Cristo à Rua de São Pedro. Foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 770,00.-----

-----8 - Processo de obras ED/413/2021 – Requerimento ED/5231/2021 – Fábio Miguel Gomes Lopes – parcela de terreno, situada na Avenida 10 de Junho – Arneiros – Freguesia de Ventosa, com a área de 12,10m² a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5493 e inscrito na matriz sob o artigo 5458.º, da Freguesia de Ventosa, e à qual foi atribuído o custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 60,50, arredondado para € 70,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38.º do CIMI.-----

-----9 - Processo de obras ED/305/2021 – Requerimento ED/3917/2021 – Rosa Maria Pereira Dinis – parcela de terreno, situada na Rua Da Fonte, 8 – Recomeira – Freguesia De Ventosa, com a área de 3,60m² a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 2240 e inscrito na matriz sob o artigo 324.º, da Freguesia de Ventosa, e à qual foi atribuído o custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 18,00, arredondado para € 20,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38º do CIMI.-----

-----10 - Processo de obras ED/517/2021 – Requerimento ED/6379/2021 – Rúben Daniel Tomás Mendes – parcela de terreno, situada na Rua do Barreiro – Gondruzeira – Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 57,40m² que serão retirados do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 914 e inscrito na matriz sob o artigo 109.º, secção H da Freguesia de Ponte do Rol, e à qual foi atribuído o custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 287,00, arredondado para € 290,00, nos termos do ponto 2 do art.º 38º do CIMI.---

-----Ofício número 705 de 11/02/2022 em aditamento ao número 523 de 4/02/2022:-----

-----Processo de obras ED/603/2020 – Requerimento ED/7533/2020 – Associação Cristã – as Igrejas em Portugal – parcela de terreno, situada nas Palhagueiras, União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 212,20m², a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 321 e inscrito na matriz sob o art.º 108.º, da secção VV, da Freguesia de A-dos-Cunhados e Maceira, à qual foi atribuído um custo

unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.061,00, arredondado nos termos do CIMI para € 1.070,00. -----

-----Ofício número 742 de 16/02/2022: -----

-----1 - Processo de obras OP/168/2012 – Requerimento OP/68/2021 – Pedro António Morais da Silva – parcela de terreno, sita na Rua D. Dinis, Casalinhos de Alfaiata, Freguesia da Silveira, com a área de 79,73m², a retirar da parte rústica do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5099, da Freguesia da Silveira, e inscrito na matriz com o art.º 189 da secção U e art.º 9102 da referida freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 400,00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI. -----

-----2 - Processo de obras CT/1234/2021 - Requerimento CT/9763/2021 – Manuel Faria – parcela de terreno, sita na Travessa Monte do Rossio, Fila Facaia, Freguesia de Ramalhal, com a área de 586,20m², a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1926, da Freguesia da Ramalhal, e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos 117.º e 118.º, da secção “D” da referida freguesia, sendo que a área a ceder é a retirar do artigo 117.º da secção “D” da matriz rústica, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 2.931,00, arredondado, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, passando o valor a ser de € 2.940,00. -----

-----3 - Processo de obras ED/441/2021 - Requerimento ED/5524/2021 – Mário Fernando Santos Brasil – parcela de terreno, sita na Estrada Campo da Bola, Escravilheira, Freguesia de S. Pedro da Cadeira, com a área de 200,00m², a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4411, da Freguesia da S. Pedro da Cadeira, e descrito na matriz predial rústica com o n.º 4, Secção “AA” (parte) da referida freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.000,00. -

-----4 - Processo de obras ED/357/2021 - Requerimento ED/4448/2021 - Estrelas e Arcadas - Construções, Lda. – parcela de terreno, situada na Rua Casais do Aleixo - Bairro Vila Morena - Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, com a área de 60,00m² para requalificação da via pública, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5474 Freguesia de S. Pedro e Santiago e inscrito na matriz sob o artigo 23.º da secção II, da Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, à qual foi atribuído o valor unitário de € 5,00/m², perfazendo um total de € 300,00. -----

-----5 - Processo de obras ED/499/2020 – Requerimento ED/6066/2020 – Philippe Lourenço Alves – parcela de terreno, situada na Rua Escola Velha à Pontinha, n.º 14 – A-dos-Cunhados – União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, com a área de 5,05m², a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 5966, da União de

freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, e descrito na matriz com o n.º 895, da citada freguesia, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 30,00. -----

-----6 - Processo de obras ED/532/2021 Requerimento ED/6578/2021 - Rui Manuel de Oliveira Neves – parcela de terreno, situada na Estrada Nacional 247 - Quinta da Salgueira – Escravilheira - Freguesia São Pedro da Cadeira, com a área de 127,03m² para requalificação da via pública, a retirar do Prédio Rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1424, da Freguesia de São Pedro da Cadeira, e descrito na matriz com o art.º 144 secção U, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 635,15, valor este arredondado nos termos do CIMI, para € 640,00.-----

-----7 - Processo de obras ED/533/2021 – Requerimento ED/6603/2021 – Indubatata do Oeste, Unipessoal, Lda. – parcela de terreno, situada na Rua Estrada Circular – Ponte do Rol – Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 120,00m², a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 205 e inscrito na matriz com o art.º 65, secção “F”, da Freguesia de Ponte do Rol, à qual foi atribuído um custo unitário de 5,00€/m², o que perfaz um valor total de € 600,00.-----

-----8 - Processo de obras ED/541/2021 – Requerimento ED/6714/2021 – João Alberto Fernandes Reis – parcela de terreno, situada na Rua Das Roseiras – Cerca – Freguesia de Silveira, com a área de 44,30m², a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 4271 e inscrito na matriz sob o artigo 103.º, da secção “L”, da Freguesia de Silveira, à qual foi atribuído um custo unitário de 5,00€/m², o que perfaz um valor total de € 221,50, arredondado nos termos do CIMI para € 230,00.-----

-----9 - Processo de obras ED /651/2021 - Requerimento: ED /8103/2021 - Basílio Filipe Pereira Leal e outro – parcela de terreno, situada em Monte Rei Grande – Runa - União das Freguesias de Dois Portos e Runa, com a área de 255,96m², para requalificação da via pública, a retirar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 566 e inscrito na matriz da Autoridade Tributária e Aduaneira sob o artigo 53º da secção 1G, da Freguesia de Dois Portos e Runa, à qual foi atribuído um custo unitário de € 5,00/m², o que perfaz um valor total de € 1.279,80, arredondado nos termos do CIMI para € 1.280,00.-----

-----10 - Processo de obras ED/743/2021 – Requerimento ED/9477/2021 – Ana Sofia Gomes Marques – parcela de terreno, situada na Rua do Moinho – Vila Facaia – Freguesia de Ramalhal, com a área de 55,00m², a retirar dos prédios rústicos descritos na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com os n.ºs 2014 (15,00m²) e 1094 (40,00m²) e inscritos respetivamente na matriz sob os artigos 28.º e 29.º da secção “D”, da Freguesia de Ramalhal, à qual foi atribuído um custo unitário de 5,00€/m², o que perfaz um valor total de € 275,00, arredondado nos termos do CIMI para € 280,00. -----

-----11 - Processo de obras ED/847/2021 – Requerimento ED/10923/2021 – Bruna Celeste Frutuoso Teodoro – parcela de terreno, situada na Rua da Boavista, 21 – Ameal – Freguesia de Ramalhal, com a área de 38,90m², a retirar do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 3094, da freguesia de Ramalhal, e inscrito na matriz com o n.º 3608, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído um custo unitário de 5,00€/m², o que perfaz um valor total de € 194,50, arredondado nos termos do CIMI para € 195,00.-----

-----12 - Processo de obras OP/100/2016 – Requerimento OP/11220/2021 – Nelson Reis – parcela de terreno, situada na Estrada Circular à Zona Industrial, 84 – Ponte do Rol – Freguesia de Ponte do Rol, com a área de 158,36m², a retirar do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras com o n.º 1385, da Freguesia de Ponte do Rol, e descrito na matriz com o n.º 67, secção “D”, da Freguesia de Ponte do Rol, à qual foi atribuído um custo unitário de 5,00€/m², o que perfaz um valor total de € 791,80, arredondado nos termos do CIMI para € 800,00.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

11.2 - PROPOSTA N.º 5/AM/2022 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021);-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios a atribuir às freguesias:-----

-----Ofício número 765, de 16 de fevereiro – deliberação do executivo de 15/02/2022:-----

-----Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães - € 5.000,00, para reforço da limpeza urbana Carnaval de 12 de fevereiro a 2 de março de 2022.-----

-----Freguesia da Ventosa - € 12.600,00, para rendas da Sede da Junta de Freguesia (relativo aos anos: 2019, 2020 e 2021).-----

-----Ofício número 93 de 7/02/2022 – deliberação do Executivo de 4/01/2022:-----

-----Freguesia de Santa Maria, S. Pedro e Matacães, no montante de € 40.000,00, assim distribuídos: € 20.000,00 – Para arranjo de caminhos vicinais; e € 20,000,00 – Para execução de coletores pluviais e diversos trabalhos de construção civil, inerentes à sua construção.-----

-----Freguesia de Ponte do Rol, no montante de € 9.500,00, assim distribuídos: € 4.500,00 - Para apoio à construção de muro de contenção de terras na localidade de Gibraltar (1ª tranche) e € 5.000,00 - Para arranjo de caminhos vicinais.-----

-----Ofício número 8128, de 23/12/2022 – deliberação do Executivo de 21/12/2021:-----

-----Freguesia de Turcifal – apoio financeiro para melhoria de acessibilidades pedonais na Vila do Turcifal - € 6.000,00;-----

-----União das Freguesias de Carvoeira e Carmões – apoio financeiro para melhoria de caminhos

vicinais - € 6.000,00”-----
-----Ofício número 8126, de 23/12/2021 – deliberação do Executivo de 10/12/2021:-----
----- União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça: -----
-----€ 15.000,00 - Apoio financeiro para brita para caminhos vicinais em Campelos. -----
-----Freguesia de Ventosa -----
- € 10.000,00 - Apoio financeiro para pagamento da última tranche da giratória.-----
-----Freguesia de Turcifal -----
-----€ 6.000,00 - Apoio financeiro para serviço de psicologia — Projeto Patas na Escola. -----
-----União das Freguesias de A dos Cunhados e Maceira-----
-----€ 40.000,00 - Apoio financeiro para requalificação do Largo da Fonte, um novo espaço de
lazer na Póvoa de Penafirme (€ 15.000,00), apoio financeiro para a requalificação do jardim do S.
Sebastião, no Sobreiro Curvo (€ 18.000,00), e apoio financeiro para a requalificação do parque de
merendas na Maceira (€ 7.000,00).-----
-----Freguesia de Freiria. -----
-----€ 20.000,00 - Apoio financeiro para requalificação do largo da igreja da Freiria e envolvente (€
15.000,00) e primeira tranche de apoio a obras no moinho na Serra da Lomba (€ 5.000,00). -----
-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

12 - PROPOSTA N.º 6/AM/2022 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES: -----

-----O **presidente da Mesa**, disse que alguns deputados lhe fizeram chegar no decurso da sessão
desejo de que este órgão deliberativo expressasse através de um voto pesar a solidariedade para
com o povo ucraniano, que está regimentalmente previsto no art.º 42.º e que apesar de sair do
âmbito territorial, como acordado pela CPL, no seu entender há exceções à regra e esta situação
é uma exceção. -----

-----Não ultrapassam regras regimentais e voltará a ter os mesmos cuidados com todos os votos
que tenham impacto no território e nas populações com as quais têm responsabilidade.-----

-----Para dar voz ao mesmo deu a palavra ao deputado municipal António Carneiro, que antes
teceu algumas considerações pessoais, passando-se de seguida à votação.-----

VOTO DE PESAR E SOLIDARIEDADE: -----

-----Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 37 votos a favor e 1 abstenção, mandar lavrar
em ata, um voto de pesar e solidariedade ao povo ucraniano pelo sofrimento imposto pela
ofensiva militar lançada pela Rússia, solicitando que o mesmo seja transmitido ao governo deste
país, com o expresso desejo de que consigam obter brevemente uma solução pacífica para este
conflito.-----

-----Manifestou ainda o mais profundo pesar pelas vítimas que esta guerra já provocou, assim
como por todas as que venham a verificar-se e enviar através da Sra. Embaixadora da Ucrânia às

suas famílias as mais sentidas condolências.-----

----Anota-se que se absteve Artur Corvelo, que fez a seguinte declaração de voto: -----

----“Nós no PCP somos frontalmente, indiscutivelmente e militantemente a favor da paz e da resolução dos problemas pela via passiva e diplomática.-----

----Lamentamos que em casos idênticos como foi por exemplo a destruição da Jugoslávia, a invasão do Iraque, a invasão do Afeganistão, a invasão da Somália, da síria, etc, não merecessem idêntico tratamento, o que consideramos algo criticável e condenável. -----

----Por estas razões que acabei de apresentar, abstenho-me.”-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

----Pelas horas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia. -----
